



Fórum de Educação Para Todos

Países líderes do analfabetismo não chegam a consenso

Os ministros da educação dos 9 países com maior contingente de analfabetos – Brasil, Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão – reuniram-se entre 31 de janeiro e 2 de fevereiro em Jaboatão dos Guararapes, PE, no Fórum de Educação para Todos. Conhecido como EFA 9, esse grupo foi alvo prioritário dos organismos que participam do Fórum Consultivo Internacional (UNESCO, UNICEF, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Fundo das Nações Unidas para Populações e Banco Mundial) com vistas a satisfazer às metas das necessidades básicas de aprendizagem formuladas na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990.

O balanço da década revelou alguns avanços na equidade de gênero e no acesso de crianças à escola naqueles países em melhor situação econômica (Brasil, China, Indonésia e México), mas a maior parte das metas não foi alcançada por nenhum dos nove países. O Brasil, por exemplo, está distante de cumprir o compromisso de reduzir o

índice de analfabetismo adulto à metade daquele de 1990.

A reunião fracassou na maior parte de seus objetivos: aprovou apenas uma declaração conjunta, mas não reuniu consenso em torno da avaliação da década e do plano de ação para o futuro. Diante da diversidade de realidades nacionais, o Ministro Paulo Renato Souza chegou mesmo a sugerir a dissolução do grupo, posição que foi mal recebida pelos demais países membros. Um dos pontos de discórdia refere-se ao papel dos organismos internacionais na promoção da educação básica: os países reivindicam maior apoio financeiro, enquanto o Fórum Consultivo enfatiza a cooperação técnica. O Banco Mundial admitiu que os organismos internacionais responderam por apenas 2% dos investimentos realizados, e não assumiu compromissos em elevar essa participação.

A avaliação da Década de Educação para Todos prossegue: a reunião regional latino-americana realizou-se de 10 a 12 de fevereiro na República Dominicana; a Conferência Mundial reunirá 180 países em Dakar, no Senegal, em abril de 2000.

Ministros recebem abaixo-assinado

Representantes da Campanha Nacional pelo Direito à Educação entregaram aos Ministros do EFA 9 um abaixo-assinado reivindicando maior atenção à educação infantil e de jovens e adultos, mais recursos para setor, reconhecimento da participação dos professores, pais e alunos, democratização das decisões relativas às políticas educacionais e compromisso dos organismos internacionais em minimizar o impacto das políti-

cas de ajuste macroeconômico sobre a educação básica.

A coordenação da Campanha estará colhendo assinaturas até abril, quando o abaixo-assinado será entregue em Dakar, no Senegal, na Conferência Mundial de avaliação da Década de Educação para Todos. Os interessados em apoiar a coleta de assinaturas podem solicitar o texto pelo e-mail: educavida@originet.com.br.

Formado Comitê Pernambucano da Campanha pelo Direito à Educação

Se a sociedade civil quase não teve espaço na reunião oficial de avaliação da década de educação para todos, ela esteve de corpo inteiro no lançamento do Comitê pernambucano da Campanha pelo Direito à Educação. Na manhã de 31 de janeiro, 400 pessoas participaram do lançamento da Campanha na Assembléia Legislativa de Pernambuco, em ato público que contou com a presença do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque. O evento teve continuidade na tarde do dia 1º de fevereiro, quando 53 organizações governamentais e

não governamentais participaram na feira “Educação Mostra a Tua Cara”, realizada na quadra do Instituto de Educação de Pernambuco. Duas mil pessoas – em sua maior parte estudantes de escolas públicas – passaram pela Mostra, que serviu à divulgação e intercâmbio de experiências e teve apresentações de teatro, música e dança de grupos de crianças e jovens que participam de projetos educativos desenvolvidos por organizações da sociedade civil. A coordenação do Comitê Local está a cargo do Centro de Cultura Luiz Freire.

EDITORIAL

Recursos para educação de jovens e adultos diminuem em 2000

Há longa data os valores atribuídos à educação de jovens e adultos no orçamento federal são reduzidos, e mesmo esses escassos recursos acabam por não ser gastos: no período de 1995 a 1998, a execução do orçamento da União para esta área foi, em média, de 65%.

Em 1998, o Congresso autorizou o governo federal a realizar gastos de até R\$ 56 milhões com programas de educação de jovens e adultos, valor reduzido a R\$ 37 milhões em 1999. A maior parte desses recursos destina-se aos convênios firmados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE com os estados, municípios e organizações sociais que, em 1999, sofreram cortes e só começaram a ser liberados no final do ano. Até 14 de janeiro de 2000, haviam sido empenhados quase 30 milhões, ou 80,7% do valor orçado. O FNDE prorrogou até 10 de março de 2000 o prazo para apresentação de documentos que habilitam as instituições conveniadas a receber os recursos do exercício passado e estendeu até maio o prazo para sua aplicação, adiando para julho a prestação de contas. Assim, os recursos orçados para 1999 serão gastos no primeiro semestre de 2000 e, segundo

informações obtidas junto ao FNDE, não haverá novo conveniamento este ano. É possível que essa decisão leve em consideração a lei eleitoral, que veda transferências nos três meses que antecedem as eleições.

O Congresso, por outro lado, não apreciou a proposta de orçamento federal do Executivo para 2000 durante a convocação extraordinária, o que deve ocorrer apenas em março. A proposta orçamentária enviada pela Secretaria do Orçamento Federal prevê uma dotação de menos de R\$ 17 milhões para a educação de jovens e adultos, o que representa uma diminuição da ordem de 45% com relação aos já restritos R\$ 37 milhões aprovados em 1999. O fato é que, somados, os orçamentos de 1999 e 2000 não repõem a verba de 1998. Se não houver pressões junto aos partidos e parlamentares no sentido de ampliar este montante, o velho cobertor, que já deixa partes a descoberto, ficará ainda mais curto.

Resta ainda saber quem serão os beneficiários dos recursos que o Congresso venha a aprovar, já que não haverá conveniamento por intermédio do FNDE. Em ano eleitoral, convém manter atenção aos usos da verba pública.

Relator do Conselho Nacional debate parecer em audiências públicas

O Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, nomeado pela Câmara de Ensino Básico do Conselho Nacional de Educação para indicar diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, participará de três audiências públicas sobre o tema: a primeira ocorre dia 29/2 em Fortaleza, em horário e local a confirmar na SEEC/CE, pelos fones (85)212-3514/212-1140; as outras serão em Curitiba e Brasília. O relator também vai ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Rio de Janeiro em 27/3. A minuta do parecer pode ser consultada na página www.mec.gov.br/cne. Outras informações no CNE: fone (61)224-0275, com Lia ou Olga.

Maria Nilde Mascellani (1931-1999)

Interrompendo um percurso marcado pela coragem, honestidade intelectual e sensibilidade aos problemas do ensino, Maria Nilde Mascellani faleceu em São Paulo em 19 de dezembro de 1999, vítima de um infarte. Acabara de defender o doutorado na USP, que versava sobre duas de suas realizações: o ensino vocacional e a pedagogia do Programa Integrar, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos. Formada pela Universidade de São Paulo, Maria Nilde idealizou e coordenou, de 1962 a 1969, o Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo, responsável pela experiência dos 6 ginásios vocacionais então mantidos pela rede pública, que já àquela época utilizavam estratégias de integração curricular, como os estudos de meio e os projetos de intervenção na comunidade. Acusada pelo regime militar de "subversão", foi afastada compulsoriamente em 1969, criando então a Equipe RENOV, entidade de assessoria, projetos, pesquisa e planejamento de ação comunitária e educacional, com atuação na defesa dos direitos humanos e dos perseguidos políticos do regime militar. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde 1970, coordenou a partir de 1995 o Programa Integrar, que inova o currículo da educação dos trabalhadores ao orientá-lo por temas ligados ao trabalho e prever a participação dos mesmos na definição dos conteúdos.

Conselhos Estaduais regulamentam educação de jovens e adultos

• O Conselho de Educação de São Paulo regulamentou a oferta de cursos semi-presenciais de educação de jovens e adultos (deliberação nº 9, de dezembro de 1999). A medida visou sanar distorções verificadas após a aprovação da LDB quando, a título de promover educação à distância, algumas instituições privadas vinham facilitando o acesso à certificação. A regulamentação de 1998 sobre educação à distância ficou reservada aos cursos que utilizem meios de comunicação como Internet e TV. Os cursos sem frequência obrigatória, atendimento individualizado e material auto-instrucional impresso foram descredenciados e devem solicitar nova autorização ao Conselho mediante comprovação de 90 dias letivos, conformidade às Diretrizes Curriculares Nacionais e registro de todos os processos de avaliação do aluno.

• No Rio Grande do Sul, a regulamentação do Curso Normal de nível médio (resolução nº 252, de janeiro de 2000) abre a possibilidade de que os planos de curso enfatizem e criem habilitações específicas em educação especial, indígena e de jovens e adultos, além de permitir o acesso ao educador leigo. Ambas as decisões devem facilitar o novo enquadramento legal de cursos supletivos de habilitação ao magistério como os promovidos pelo MST na Escola Josué de Castro, em Veranópolis.

Teses em defesa

• 18/2, 14 h, na Faculdade de Educação da UNICAMP – Renato Hilário dos Reis: "*A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos*", doutoramento.

• 21/2, 14 h, na PUC-SP – Pedro de Carvalho Pontual: "*O processo educativo do orçamento participativo: aprendizados dos atores da sociedade civil e do Estado*", doutoramento.

• 13/3, 14 h, na PUC-SP – Maria Clara Di Pierro: "*As políticas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985-1999*", doutoramento.

• 15/3, na Universidade Federal de Uberlândia – Maria Clarisse Vieira: "*Políticas de educação de jovens e adultos no Brasil: experiências e desafios no município de Uberlândia – MG (anos 80 e 90)*", mestrado.

Dekasseguis realizam exames supletivos no Japão

Uma experiência inédita acaba de ser concluída com êxito: 790 jovens e adultos brasileiros que vivem no Japão inscreveram-se e prestaram exames supletivos de ensino fundamental e médio; 40% deles foram aprovados e obtiveram seus certificados de conclusão emitidos pelo Centro de Educação Continuada e à Distância de Londrina.

No período recente, os brasileiros que migram para trabalhar no Japão levam suas famílias. Os filhos adolescentes têm dificuldades de integrar-se à escola japonesa em virtude da barreira da língua, ficando defasados na escolaridade. O Ministério das Relações Exteriores levou esse problema ao Conselho de Secretários da Educação (CONSED) e a Secretaria de Educação do Paraná se dispôs a colaborar. Uma missão de técnicos da Secretaria de Educação do Paraná (SEED/PR) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) viajou ao Japão e elaborou uma estratégia para

viabilizar a certificação desses jovens e adultos. Com base em um Parecer do CNE, o CEAD de Londrina foi credenciado a elaborar exames supletivos especiais para esse grupo. Um canal de televisão japonês, que emite programas em português, veiculou o Telecurso 2000. Como o material didático do Telecurso é caro e de difícil acesso, a SEED/PR adaptou seu material didático preparatório aos exames e o MEC imprimiu as apostilas, distribuídas pela Embaixada.

Os exames preparados pelo CEAD de Londrina foram realizados em diversas cidades japonesas, com apoio da Embaixada e dos Consulados brasileiros. Desde diplomatas até donas de casa, passando por gerentes de grandes empresas brasileiras (Banco do Brasil, Banespa, Vale do Rio Doce, Varig, etc.) trabalharam voluntariamente na aplicação dos exames. O resultado foi avaliado positivamente e a experiência terá continuidade.



LEIA (E ASSISTA)

• *O impacto do FMI na educação brasileira* – Publicado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, analisa o impacto do acordo firmado em 1998 pelo governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional sobre o financiamento federal da educação, e suas repercussões nos estados e municípios. Solicitações em Ação Educativa.

• *SEJA Santo André: 10 anos de história* – Vídeo de 25' que relata a trajetória do Serviço de Educação de Jovens e Adultos, seus êxitos e percalços ao longo de uma década, dando voz a ex-alunos, educadoras e dirigentes educacionais. Expõe a proposta político-pedagógica e descreve a organização do SEJA, que compreende alfabetização e suplência profissionalizante, e atende portadores de deficiências. Pedidos à SMEFP pelo fone (11) 411-0720, fax (11) 411-0777.



ANOTE:

Agenda dos Fóruns

– *São Paulo*: reunião em 25/03, na Faculdade de Educação da USP. Fone (11)825-7126, com Gabriela.

– *Paraíba*: reunião de planejamento em 17/02 no Centro Universitário de João Pessoa. Fone (83)231-1418, com Geovani.

– *Rio de Janeiro*: debate com Prof. Carlos Roberto Jamil Cury (CNE) em 27/03, 14h, no Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema. Fone (21)220-6264.

– *Minas Gerais*: reunião 31/03 no auditório da SME de Belo Horizonte. Fone (31) 499-5319 (NEJA/UFMG).



CNE indica que ensino fundamental de jovens e adultos deve ser considerado pelo Fundef

Audiência pública sobre diretrizes curriculares reúne 400 pessoas no Ceará

A primeira audiência pública convocada pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) para tratar das diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos lotou dois auditórios da Federação das Indústrias do Ceará durante todo o dia 29 de fevereiro. O público, cuja afluência excedeu as expectativas dos organizadores, era formado por dirigentes municipais e estaduais de ensino, membros de conselhos de educação de diversos estados do Norte e Nordeste, técnicos do sistema S, militantes de organizações não governamentais, professores universitários, diretores regionais, de centros de educação e educadores de jovens e adultos cearenses.

O conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, relator da minuta do parecer, afirmou que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 não deixam margem de dúvida de que a educação de jovens e adultos é uma modalidade da educação básica e, como tal, constitui direito público subjetivo cuja oferta gratuita a todos os que dela necessitem, no nível fundamental, é responsabilidade do poder público. Na interpretação do relator, a inclusão das matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos nos cálculos dos Fundos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério deverá ser um dos efeitos práticos da resolução do CNE, caso as orientações presentes na versão preliminar sejam aprovadas. Desde 1998 as matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos não são computadas nos cálculos do FUNDEF em virtude do veto do Presidente da República à Lei 9424/96, medida que vem desestimulando o investimento dos estados e municípios.

A audiência de Fortaleza serviu para esclarecimento dos participantes e abordou lacunas e pontos polêmicos do parecer. O público manifestou insatisfação com a manutenção da nomenclatura *ensino supletivo*, pois ela dificulta romper com a idéia (construída durante a vigência da antiga LDB 5692/71) de que existiriam dois subsistemas de ensino paralelos, um regular e outro supletivo. O debate demonstrou que a versão preliminar do parecer e da resolução não esclarecem satisfatoriamente os procedimentos que permitirão o acesso ao ensino médio aos jovens e adultos que não tenham concluído o ensino fundamental. A obrigatoriedade da língua estrangeira moderna como componente curricular dos cursos e exames é ponto que não reúne consenso sequer no interior do próprio Conselho. A necessidade de assegurar uma adequada formação aos educadores de jovens e adultos em cursos de nível superior também foi objeto de manifestações da platéia. Além do professor Jamil Cury, estiveram presentes outros membros da Câmara de Educação Básica do CNE: Ulysses Panisset, Francisco Cordão, Edla Soares e Antenor Napolini.

Haverá mais duas audiências públicas sobre o tema em Curitiba e Brasília. Os interessados em se manifestar devem enviar sugestões previamente ao CNE por escrito até 5 dias antes da audiência, pelo e-mail lia@cne.mec.gov.br ou pelo fax (0xx61)244-0890.

A minuta do parecer está disponível na home page de Ação Educativa ou do CNE, www.mec.gov.br/cne, onde também pode ser consultada a nova composição do Conselho, renovado em um terço dos seus membros no mês de março.

Articulação dos Fóruns é meta da RAAAB para 2000

Articular os Fóruns estaduais de Educação de Adultos e discutir no Encontro Nacional dos Filiados as concepções de alfabetização e parceria dos diferentes programas nacionais em curso serão as principais ações da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil para 2000. Esses encaminhamentos foram decididos pelo Colegiado de Coordenação da Rede reunido em São Paulo em 28 e 29 de fevereiro. O Colegiado é formado por Ação Educativa, Instituto Paulo Freire (IPF) e Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação (Sapé) e por coordenadores das universidades, organizações não-governamentais e administrações públicas. O Fórum dos Fóruns e o Encontro Nacional de Filiados serão realizados no Nordeste (possivelmente na Paraíba), e dele participarão filiados e representantes dos vários segmentos que atuam na educação de jovens e adultos (organizações não governamentais,

administrações públicas, universidades, movimentos sociais e grupos comunitários). A RAAAB também vai divulgar e fomentar o debate em torno das Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos por meio da participação de seus filiados nas audiências públicas convocadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Está previsto para abril o lançamento do número 9 da revista *Alfabetização e Cidadania*, cujo tema é a História na Educação de Jovens e Adultos. Mais dois números da publicação devem ser editados ainda este ano, o primeiro dos quais abordará o tema da juventude. A Rede aceita contribuições de artigos, relatos de experiências e resenhas.

Novas filiações e informações sobre a RAAAB podem ser solicitadas à Secretaria da Rede, exercida pelo IPF, pelo e-mail ipf@paulofreire.org ou fone (0xx11)3021-5536 com Sônia.

EDITORIAL

Publicidade e participação conferem legitimidade às decisões do Conselho

Para os defensores de procedimentos democráticos e participativos de formulação de políticas públicas, a história recente da educação de jovens e adultos no Brasil não oferece bons exemplos. Os métodos verticalistas de gestão vêm predominando desde que o Ministério da Educação suspendeu unilateralmente as atividades da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos em fins de 1996. Dentre as atitudes típicas desse estilo de governo, destaca-se o veto do Presidente da República à lei 9424/96, que regulamentou o FUNDEF. A medida, que contrariou a unanimidade do Congresso Nacional, é contestada pelas entidades representativas dos trabalhadores da educação, dos secretários de educação dos estados e municípios, bem como de outras instituições públicas e privadas que atuam diretamente na oferta de educação básica de jovens e adultos.

Nesse quadro, representa um alento a decisão do Conselho Nacional de Educação de ouvir o público em audiências antes de deliberar sobre as

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, bem como a disposição do relator em aceitar convites para debates formulados por vários fóruns estaduais. Nesse processo de consultas, a correta e competente versão preliminar de parecer elaborada pelo relator Carlos Roberto Jamil Cury poderá ser contestada, enriquecida e aperfeiçoada. Já na primeira audiência, realizada no Ceará, o Conselheiro expressou essa disposição para o diálogo, afirmando: "*É preferível errarmos juntos a acertar sozinho*". O CNE e o relator têm bons motivos para agir desse modo: a experiência internacional demonstra que a elaboração de políticas educativas públicas de médio e longo prazos requer a construção de amplos consensos sociais.

O Conselho, entretanto, é um órgão assessor do MEC, e a implementação de suas deliberações depende da disposição do Executivo em acolher as recomendações. O processo de consulta promovido pelo CNE deveria legitimar essa decisão.

Fundação Palmares apoiará produção de materiais educativos para quilombos

A Fundação Cultural Palmares reuniu dirigentes governamentais, estudiosos universitários, assessores de organizações não governamentais e militantes do movimento negro no Seminário "Educação e cultura afro-brasileira: uma perspectiva multicultural". O evento subsidiou a elaboração de um plano de ações dirigidas às comunidades remanescentes de quilombos que prevê a construção de escolas e bibliotecas, a realização de seminários regionais de capacitação de educadores e a produção de materiais pedagógicos específicos. O governo federal planeja apoiar a elaboração de um guia de fontes sobre africanidades brasileiras, um manual de orientação para autores e editores de livros didáticos e a produção de materiais pedagógicos que incorporem uma perspectiva multicultural de educação.

Vinculada ao Ministério da Cultura, a Fundação Palmares é responsável por assegurar os direitos fundiários das comunidades remanescentes de quilombos, cuja propriedade definitiva das terras ocupadas foi determinada pelo artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Há mais de 700 comunidades quilombolas identificadas no país, mas apenas 21 estão oficialmente reconhecidas e 15 foram tituladas. A Fundação também assumiu a gerência do Programa de Cultura Afro-Brasileira do Plano de Ação Plurianual 2000-2003, coordenando ações que visem diminuir as desigualdades educativas de que são vítimas os afro-descendentes. Estima-se que a população negra brasileira some 66 milhões de pessoas, que possuem, em média, dois anos menos de escolaridade que a população branca, e em meio à qual o analfabetismo eleva-se a 22%.



LEIA

Saíram os volumes 3 e 4 da coleção didática *Viver, Aprender: educação de jovens e adultos*, produzidos por Ação Educativa e publicados pelo MEC. Os livros do aluno abarcam os módulos Alimentação, Viagens pelo Brasil, Natureza e Sociedade, Visões da Terra e Cidadania e Participação, e são acompanhados de guias do educador. Pedidos ao MEC pelo fone (0xx61)410-8613 (órgãos governamentais), ou a Ação Educativa (entidades não-governamentais).

Undime lança manifesto contra exclusão educativa

Inclusão da educação infantil e de jovens e adultos nos cálculos do FUNDEF, revisão do custo-aluno do Fundo e redefinição da colaboração entre União, estados e municípios na oferta educativa são as principais reivindicações do *Manifesto por uma educação sem exclusão*, enviado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de às autoridades federais, parlamentares, entidades e imprensa. A UNDIME busca um acordo com o Conselho dos Secretários Estaduais de Educação sobre a revisão da legislação do salário-educação, para então pedir ao Congresso Nacional audiência sobre a reforma tributária. A proposta do CONSED é que o salário-educação passe a financiar o ensino médio. A UNDIME quer evitar a redução de verbas para o ensino fundamental e estabelecer normas claras para o repasse dos recursos aos municípios, além de reivindicar participação na definição dos critérios para os convênios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, pelos quais a quota federal do salário-educação é redistribuída. UNDIME e CONSED estarão reunidos em 30 de março no Rio de Janeiro. Até o momento, o MEC não se pronunciou sobre o manifesto, que pode ser consultado no site www.yawl.com.br/hp/undime.



ANOTE

4/4, Brasília (DF) - 9 às 18h, audiência pública sobre diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos, no Auditório do Conselho Nacional de Educação - SGAS-L2 - Q. 607, Lote 50 - fone (0xx61) 224-0275.

Agenda dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos

25/3, São Paulo, 9 às 17 h - Diretrizes curriculares e estratégias para levantamento da demanda por educação de jovens e adultos. Fone (11) 825-7126, com Gabriela.

27/3, Rio de Janeiro, 14h - Participação do Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Salão Portinari do Palácio Gustavo Capanema.

30/3, Vitória, 14h - Palestra e debates sobre financiamento da educação de jovens e adultos. Auditório do Centro Pedagógico da UFES. Fone (0xx27)335-7764.

31/3, Belo Horizonte, 14h - Participação do Prof. Carlos Roberto Jamil Cury. Auditório da Secretaria Municipal de Educação. Fone (31) 499-5319.

12/4, João Pessoa - Mesa-redonda com Leda Seffrin (MEC), Neroaldo Azevedo (UNDIME), representantes do CONSED e da prefeitura de Campina Grande. Fone (0xx83)231-1418.

Senac paulista promove alfabetização de jovens e adultos

Conhecido por sua atuação na qualificação profissional de trabalhadores do setor de serviços, o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - de São Paulo deu início, em agosto de 1999, ao Programa "Alfabetizando Jovens e Adultos", uma iniciativa do Centro de Educação Comunitária para o Trabalho. O Programa recebeu um investimento de R\$ 2 milhões e já conta com cem turmas e três mil alunos distribuídos nas unidades do SENAC da Capital, Grande São Paulo e em 33 localidades do interior paulista, bem como em salas de aula de entidades comunitárias conveniadas.

Com pouco mais de mil horas, o curso de alfabetização tem dois anos duração e foi reconhecido pelo MEC. Os concluintes receberão certificado de equivalência ao primeiro segmento do ensino fundamental, podendo continuar estudos em qualquer rede de ensino. O Programa Alfabetização Solidária assinou convênio com o

SENAC para que os alunos egressos de suas salas possam continuar a estudar no "Alfabetizando Jovens e Adultos".

Com o objetivo de que os alunos se apropriem das diferentes linguagens (verbal, escrita, matemática, gráfica, plástica e corporal), o currículo contempla a base comum das disciplinas Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, e uma parte diversificada relativa à saúde, à vida familiar e à cultura. A proposta curricular foi formulada com assessoria da organização não governamental paulista Instituto Paulo Freire, responsável também pela formação inicial e continuada dos 125 educadores, que realizam com autonomia a seleção e elaboração dos materiais didático-pedagógicos utilizados nas aulas.

Centro de Educação Comunitária para o Trabalho do SENAC-SP: fone (0xx11) 6191-515, com Eliane, ou pelo e-mail cct@sp.senac.br.



RADAR

América avalia educação dos anos 90

Representantes dos governos do Canadá, Estados Unidos, de 22 países do Caribe e 19 da América Latina reuniram-se de 10 a 12 de fevereiro na República Dominicana para avaliar a Década de Educação para Todos. O evento, preparatório à Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal: 26-28/4/2000), foi organizado pelo Fórum Consultivo Internacional e contou com a presença de diversos ministros de estado. O Brasil foi representado por um técnico do INEP, cuja avaliação otimista foi contestada pelo ex ministro e atual Secretário de Educação de Minas Gerais, Murílio Hingel, que criticou as limitações impostas pela política de ajuste fiscal ao financiamento da educação.

O continente americano foi o único em que a avaliação regional não foi precedida por uma consulta às organizações civis, presentes ao encontro com uma

pequena delegação mobilizada pela Campanha pelo Direito à Educação brasileira, e da qual faziam parte, dentre outros, o Consejo de Educación de Adultos de América Latina, o Foro Educativo do Peru e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. Elas elaboraram um documento que chama a atenção para questões emergentes como as demandas educativas relacionadas ao trabalho e aos jovens, e que lista doze questões pendentes para a consecução das metas de Jomtien nos sistemas educativos da região. Intitulado *Avaliação da década de educação para todos, na perspectiva das organizações civis da América Latina*, o texto será levado à reunião das ONGs preparatória à Cúpula de Dakar, e já pode ser consultado na home page de Ação Educativa.

Informação em Rede é uma publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação.
Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil – Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082
E-mail: acaeduca@originet.com.br – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



Orçamento federal para educação de jovens e adultos é o menor em 4 anos

O Congresso aprovou em 13 de abril o Orçamento da União, que autoriza o governo a gastar R\$ 31,8 milhões na educação de jovens e adultos em 2000. Esse montante é R\$ 5 milhões maior que o valor proposto pelo Executivo no projeto de lei orçamentária, aumento que resultou de emendas de parlamentares. Ainda assim, o valor aprovado é o menor dos últimos quatro anos.

Orçamento da União - 1997-2000
Programa de Educação de Jovens e Adultos
em R\$ milhões correntes

Ano	Orçado	Liquidado	Execução
1997	51,52	34,05	66%
1998	56,97	35,79	62%
1999	37,16	29,9*	80%
2000	31,81	-	-

*Valor empenhado até 15/01/2000

A tramitação do orçamento foi postergada, aguardando a votação da emenda constitucional que substituiu o Fundo de Estabilização Fiscal pela Desvinculação de 20% das Receitas da União (DRU). Emendas ao projeto do Executivo impediram que a DRU incidisse também sobre as receitas do Salário Educação ou sobre as transferências da União aos Estados e Municípios, o que implicaria uma redução ainda mais dramática das fontes de financiamento do ensino público. Para 2000 o governo recompôs no projeto de lei orçamentária os valores que seriam retirados da educação pela DRU, mas não há qualquer garantia de que isso volte a ocorrer nos próximos anos.

Assentamentos rurais quase ficam sem recursos

Uma das iniciativas federais de educação de jovens e adultos que corre risco de descontinuidade por falta de fonte estável de financiamento é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, desenvolvido em parceria com universidades e movimentos sociais do campo. O relator geral do Orçamento 2000 havia cortado todos os recursos previstos pela Comissão de Agricultura para o PRONERA. Um destaque da oposição aprovado no último momento pelo plenário reintroduziu R\$ 20 milhões para os assentamentos da reforma agrária, distribuídos entre o PRONERA e o Projeto Lumiar, de assistência técnica. Apenas R\$ 6 milhões têm fonte assegurada; os demais R\$ 14 milhões ficarão pendentes de um eventual excesso de arrecadação.

Não é de hoje que a existência do PRONERA é ameaçada pela escassez de recursos. O Programa foi criado em 1998 sem orçamento e implantado em oito estados com modestos R\$ 7 milhões remanejados internamente do orçamento do Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Em 1999, o Programa foi incluído no orçamento da União por emenda parlamentar apresentada à Comissão de Agricultura. Um terço dos R\$ 21 milhões autorizados foi contingenciado e os dois terços restantes liberados após pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Com esses recursos o PRONERA chegou a quase todas as Unidades da Federação, dando início à alfabetização e elevação da escolaridade de 60 mil trabalhadores rurais.

A coordenação nacional estima que serão necessários pelo menos R\$ 12 milhões para que os 50 projetos já iniciados tenham continuidade em 2000. Técnicos do INCRA esperam contar com R\$ 3 milhões introduzidos no orçamento da educação por uma emenda da Senadora Luzia Toledo (PSDB/ES), para alfabetização de mulheres assentadas. Nesse caso, projetos do PRONERA que adotem uma perspectiva de gênero poderão solicitar recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Diretrizes curriculares em debate

O quinto debate público sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos ocorreu em 4 de abril no Conselho Nacional de Educação (CNE), em Brasília. Com a participação de mais de cem pessoas, o encontro fechou o ciclo iniciado em fevereiro em Fortaleza e que, em março, passou por Curitiba, Rio e Belo Horizonte. A audiência pública de Curitiba, assim como a de Fortaleza, atraiu um público numeroso: foi necessário instalar um telão no saguão do auditório, que não comportava todos os 600 presentes. Os debates promovidos pelos Fóruns do Rio e Minas Gerais reuniram 350 e 180 pessoas, respectivamente.

A intensa participação de diferentes setores sociais, a postura democrática do relator, Prof. Carlos Jamil Cury, e sua defesa intransigente do direito público subjetivo ao ensino fundamental em qualquer idade foram destaques do processo. Dentre os temas recorrentes nos debates, sobressaiu a necessidade de ampliação das fontes de financiamento para a educação de jovens e adultos e a formação específica dos seus educadores. Ambos os temas são abordados no parecer mas não aparecem na resolução.

Várias pessoas consideram que o documento aborda de modo insuficiente as interfaces entre a educação básica de jovens e adultos, o ensino à distância e a qualificação profissional, mas o relator preferiu ser econômico nos temas que serão objeto de pronunciamentos do CNE em futuro próximo. Os critérios de certificação e de legitimação das instituições autorizadas a realizar exames e expedir certificados são temas polêmicos, pois afetam a participação ou exclusão do setor privado. Embora tenha sofrido pressões contrárias à medida, o relator apoiou-se no Estatuto da Criança e do Adolescente para manter em 14 anos a idade mínima para acesso aos cursos de educação de jovens e adultos. Diante de demandas relativas à organização e funcionamento dos cursos, Cury lembrou que ao CNE cumpre apenas indicar diretrizes, cabendo aos conselhos estaduais e municipais regulamentar a questão, preservada a autonomia das escolas na elaboração de seus projetos pedagógicos.

A versão atualizada do parecer pode ser consultada em www.mec.gov.br/cne.

EDITORIAL

Abertura ao setor privado pode comprometer credibilidade dos exames supletivos

A última audiência pública promovida pelo Conselho Nacional de Educação sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos ocorreu dias após a *Folha de S. Paulo* publicar denúncia de venda de diplomas por um escritório paulistano que agenciava certificados de um curso supletivo mato-grossense. A notícia surgiu pouco tempo depois do Conselho Estadual paulista suspender a autorização de funcionamento de instituições privadas que, declarando oferecer ensino à distância, vinham facilitando o acesso a provas e certificados. As denúncias aqueceram o debate da proposta de resolução do CNE, que faculta a instituições privadas autorizadas realizar exames supletivos. Como o parecer define que os exames devem ser oferecidos gratuitamente, que interesses

teriam instituições privadas em promovê-los? Representantes de instituições particulares respeitáveis pedem que a resolução seja capaz de distinguir “o joio do trigo”. O relator argumenta que a Constituição e a LDB facultam à iniciativa privada desenvolver atividades de ensino. Os exames supletivos, porém, não configuram atividades de ensino, sendo um mecanismo de avaliação de conhecimentos para efeito de certificação e prosseguimento de estudos. O fato da lei permitir que instituições privadas promovam e vendam serviços educacionais não obriga o Estado a com elas partilhar funções de avaliação e controle de qualidade como as implicadas na promoção dos exames supletivos, que deveriam ser privativas de escolas públicas especialmente credenciadas.

Cresce utilização de *Viver, Aprender*

Aumenta a solicitação dos materiais didáticos *Viver, Aprender*. Elaborada por Ação Educativa por solicitação do MEC, a coleção é composta por manuais do professor e módulos para os alunos, que somam 12 volumes. O Ministério imprimiu tiragens de 3 mil exemplares e está distribuindo disquetes para a divulgação junto às redes municipais e estaduais de ensino, universidades, organizações não governamentais e instituições privadas que desenvolvem programas de educação inicial de jovens e adultos. Exemplares também podem ser solicitados a Ação Educativa, que disponibilizou os livros 1 e 2 em sua página na Internet.

Quem opta por utilizar os materiais didáticos, tem que encontrar meios para imprimi-los. Alguns programas públicos solicitaram e obtiveram recursos do FNDE em 1999 para fazer a impressão dos materiais. Ação Educativa fornece aos interessados cópia em CD que permite a confecção de fotolitos com qualidade. Os custos da impressão descentralizada, entretanto, são elevados para programas que possuem poucas classes e alunos. O MEC ainda não ofereceu alternativas para esses programas de pequeno porte.

Já imprimiram os livros e estão utilizando a coleção didática municípios como Fortaleza (CE), Recife (PE), Lagarto (SE), Tuntum (MA) e Leme (SP). A maior tiragem de *Viver, Aprender* foi feita pelo Programa Alfabetização Solidária que já imprimiu 5 milhões de exemplares do livro 1.



LEIA

Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil. Donald Bello de Souza, Marco Aurélio Santana e Neise Deluiz. Quartet Editora (RJ), 1999. Preço: R\$ 20,00. Resultado de uma pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro entre 1998 e 1999, o livro traz um apanhado histórico sobre a reestruturação produtiva e seu impacto sobre as necessidades de formação dos trabalhadores e atualiza as concepções sobre educação e formação profissional presentes nos discursos e na atuação das três maiores centrais sindicais brasileiras (CUT, CGT e Força Sindical).

Congresso internacional discute Paulo Freire

Promovido pela Universidade de Évora (Portugal), o Congresso *Um olhar sobre Paulo Freire* organiza, de 20 a 23 de setembro, uma programação de conferências, mesas redondas, comunicações, posters e eventos culturais relacionados ao pensamento freireano. São quatro os eixos do evento: dimensões epistemológicas, desafios metodológicos, avanços nas práticas organizativas em contextos escolares; educação, educadores, profissionalidade e cidadania. Os resumos de comunicações deverão ser enviados até 30 de abril ao Secretariado do Congresso, no Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora. Apartado 94 7002-554. Évora, Portugal. E-mail: pfreire@uevora.pt, site: www.dpe.uevora.pt/evento/congresso/pfreire.htm.



RADAR

Semana de Ação Global alertou para problemas da educação

Realizada simultaneamente em 90 países e integrante da estratégia da Campanha Mundial pela Educação, a Semana de Ação Global, de 3 a 7 de abril, obteve êxito ao levar a discussão sobre os problemas da Educação para o Legislativo e para as ruas no país. A Assembleia Legislativa de São Paulo e a Câmara dos Deputados, em Brasília, foram palcos de importantes debates sobre Financiamento e Ética no Gerenciamento de Recursos para a Educação, no dia 5. No dia 7, se viu nas ruas a expressão popular, com professores, pais e alunos reivindicando melhorias para a Educação.

Em São Paulo, a Semana foi lançada com uma teleconferência, no Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado (APEOESP), contando com representantes da própria entidade, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Ação Educativa e Universidade de São Paulo, que fizeram um balanço da Década de Educação para Todos.

Agora, as entidades se voltam para os preparativos para a Cúpula Mundial de Educação, de 26 a 28 de abril, em Dakar (Senegal), que será o marco de encerramento de avaliação da Década da Educação e estabelecerá novos parâmetros para os próximos anos.

Cabo de Santo Agostinho reconstrói referências na educação de jovens e adultos

Cabo de Santo Agostinho (PE), que convive com um índice de aproximadamente 30% de analfabetismo entre maiores de 15 anos, iniciou na década de 80 o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA). Após um período de escasso investimento, em 1997 o governo municipal reestruturou o atendimento e intensificou a formação de educadores. Uma parceria com a Universidade Federal de Pernambuco assegurou a participação de professores da rede em um curso de extensão em educação de jovens e adultos e uma avaliação da aprendizagem dos alunos. Em conjunto com um perfil dos estudantes de educação de jovens e adultos do município, esta avaliação será publicada em breve. A formação continuada dos educadores é feita por técnicos da Secretaria de Educação e em seminários, como o realizado em 1998. Estes avanços estão registrados no vídeo "Construindo Cidadania", lançado em 1999.

A rede oficial de educação de jovens e adultos conta hoje com 60 professores e 2000 alunos no primeiro segmento do ensino fundamental. Desde 1999 a Secretaria de Educação investiu na parceria com entidades populares para a formação de uma rede comunitária de educação de jovens e adultos, que mobiliza a alfabetização nos bairros, encaminhando os alunos para a rede oficial. A Secretaria estuda a ampliação do atendimento para todo o ensino fundamental, procurando adequações ao regime de ciclos e à grade curricular exigida.

O II Seminário de Educação de Adultos do Cabo, previsto para agosto, pretende agregar as redes de ensino dos municípios da região metropolitana do Recife e conformar um fórum regional de educação de adultos.

Contato: Divisão de Educação de Jovens e Adultos: Nelino Azevedo (coordenador). Fone (81)521-6734 ou sececabo@ipadnet.com.br.

ANOTE

26-30/04 - João Pessoa (PB). 13º Encontro Nacional Feminista. Fone (83)241-5916 ou www.culturabrasil.art.br/XIIIENFeminista.

28/04 - Curitiba (PR). Curso *Alfabetização: história, evolução e os caminhos da teoria e prática*. E-mail: aditepp@cwb.palm.com.br ou fone (41)223-3260.

4-5/05 - São Paulo (SP). Seminário *Avaliação de Sistemas Escolares: a utilização de seus resultados*. Fone (11)818-3342/815-0232.

4-6/05 - Florianópolis (SC). I Encontro de Experiências de Pré-vestibulares Populares. Fone (48)9960-0776 ou carthum@ced.ufsc.br.

06/05 - São Paulo (SP). Curso *Orçamento Público e Cidadania*. Fone (11)3873-3155 ou <http://cogea.pucsp.br>.

8-12/05 - Curitiba (PR). Curso sobre Proposta

Curricular para o 1º Segmento do Ensino Fundamental de Jovens e Adultos. Fone (41)223-3260 ou aditepp@cwb.palm.com.br.

Agenda dos Fóruns

28/04 - Minas Gerais - 14h, auditório da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte. Pauta: a promoção do alfabetismo na educação de jovens e adultos. Fone (31)499-5319.

20/05 - São Paulo - 9h, Câmara Municipal de São Paulo. Pauta: projetos de lei que regulamentam a educação de jovens e adultos. Fone (11)825-7126, com Gabriela.

26/05 - Grande Vitória - 14h, auditório da Secretaria Municipal de Educação de Cariacica. Pauta: Práticas pedagógicas na educação de jovens e adultos. Fone (27)335-7764.

Informação em Rede é uma publicação de **Ação Educativa** – Assessoria, Pesquisa e Informação.
Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil – Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082
E-mail: acaoeduca@originet.com.br – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



Fórum Mundial adia para 2015 meta de Educação para Todos

Reunião não fixa investimento mínimo de governos e agências de cooperação

A capital do Senegal, Dakar, recebeu no final de abril representantes de governos, organizações multilaterais e entidades civis para o Fórum Mundial de Educação, que avaliou os progressos realizados na década passada e delineou desafios para os próximos 15 anos. Nenhum dos compromissos assumidos em 1990 pelos 155 países que assinaram a *Declaração Mundial de Educação Para Todos* e o *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem* foi cumprido integralmente. Ainda há 125 milhões de crianças fora da escola e 880 milhões de analfabetos, a maioria dos quais são mulheres e vivem em países pobres. As metas não alcançadas nesta década foram postergadas para 2015. Dentre elas, encontra-se o compromisso de reduzir em 50% os índices atuais de analfabetismo. Nos próximos anos a UNESCO coordenará uma estrutura descentralizada de acompanhamento dos progressos nos continentes e países, que têm até 2002 para apresentar elaborar os planos nacionais.

Não há consenso sobre as causas do relativo fracasso da iniciativa de Educação Para Todos. As agências multilaterais responsabilizam o pouco empenho dos governos que, por sua vez, queixam-se de que as especificidades nacionais não foram consideradas, atribuem a pobreza de resultados às relações assimétricas entre os países e à parcimônia da cooperação multilateral, que responde por apenas 3% dos investimentos realizados em educação.

Uma das propostas mais polêmicas do encontro foi o cancelamento da dívida externa dos países mais pobres, com vistas a elevar seu investimento em educação. A cúpula não avançou na delimitação de compromissos relativos ao financiamento da educação: temendo sanções posteriores, os governos não aceitaram que a declaração fixasse em 6% do Produto Interno Bruto o investimento mínimo em educação. O documento final também não contempla a meta, proposta pelas organizações não governamentais, de atribuir à educação 8% dos recursos da cooperação internacional.

Pronunciando-se ao final do encontro como representante das organizações da sociedade civil, Thomas Bediako, de Gana, assinalou: *"espanta-nos o contraste entre as obrigações que estão sendo assumidas pelos governos do sul e a ausência de compromissos correspondentes pelos governos do norte e agências multilaterais"*.

A cúpula de Dakar destacou a colaboração da sociedade civil e enfatizou a educação primária pública e gratuita como um direito de crianças, jovens e adultos, mas não elaborou conceitos inovadores e sequer valorizou aqueles formulados em Jomtien em 1990, como o de necessidades básicas de aprendizagem. A reduzida presença de chefes de governo e ministros no Fórum e a disputa silenciosa entre as agências internacionais pela liderança do processo somaram-se à fluidez dos compromissos futuros para desenhar um horizonte pouco animador para a iniciativa de Educação Para Todos.

Participação brasileira

O balanço apresentado no Fórum pela Presidente do INEP, Maria Helena Guimarães de Castro, em nome do governo brasileiro, foi sintetizado em uma frase: *"ainda estamos longe de onde queremos chegar mas em situação incomparavelmente melhor daquela em que nos encontrávamos no início dos anos 90"*. O pronunciamento mencionou as desigualdades que regem as relações econômicas internacionais, em especial o endividamento externo e o desequilíbrio comercial, que limitam o desenvolvimento dos países pobres, restringindo as fontes de investimento em educação: *"há profunda contradição entre as relações Norte-Sul e as metas e objetivos de Educação Para Todos propostas na agenda de cooperação"*. Destacando o papel da educação como fator de desenvolvimento sustentável e equitativo, a representante do governo associou o atraso educacional e a baixa escolaridade média da população às *"profundas e históricas desigualdades sociais geradas pelo processo de desenvolvimento brasileiro"*.

Além dos membros da delegação governamental, jornalistas e representantes de organizações civis brasileiras estiveram em Dakar: o ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, apresentou a proposta da bolsa escola; representando a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Sérgio Haddad, foi convidado pela UNESCO para uma mesa-redonda sobre educação e pobreza. Camilla Croso Silva, assessora de Ação Educativa e coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, representou as organizações civis da América Latina no comitê de redação do documento final.

Organizações civis conquistam espaço

O Fórum Mundial foi precedido por uma consulta a representantes da sociedade civil de que participaram aproximadamente 250 organizações não governamentais dos cinco continentes. Nesse espaço, coordenado por um conselho consultivo da UNESCO, destacaram-se as propostas formuladas pela Campanha Global pela Educação, que articula quatro centenas de sindicatos de professores e organizações não governamentais de 180 países. Seus membros denunciaram durante o evento que o pagamento da dívida externa e os programas de ajuste econômico

induzidos pelo FMI levaram à deterioração das condições sociais e à redução dos gastos com educação em muitos países pobres e emergentes. A Campanha apresentou uma plataforma de nove reivindicações, dentre as quais destaca-se o perdão da dívida dos países pobres e a ampliação da ajuda dos países ricos e agências multilaterais na consecução das metas de educação para todos. Segundo líderes da Campanha, o investimento adicional necessário para assegurar educação para todos é de US\$ 8 bilhões por ano, valor que corresponde a quatro dias do gasto militar global e a 9 minutos de especulação financeira internacional.

A princípio, apenas 60 organizações não governamentais haviam sido convidadas para o encontro oficial. Em 1990, na Conferência de Jomtien, foram 130 as organizações civis participantes. Após protestos, todas as organizações não governamentais presentes a Dakar foram admitidas na reunião de cúpula.

Leia o Marco de Ação de Dakar no encarte desta edição. A Declaração das ONGs e outros documentos relativos ao Fórum podem ser consultados em www.acaoeducativa.org

EDITORIAL

Manter atenção

O futebol emprestou sua simbologia para que 900 crianças senegalesas protestassem, acenando cartões amarelos, em sinal de reprovação à atuação do Banco Mundial no campo da educação. A manifestação ocorreu em Dakar durante o Fórum Mundial e foi organizada por entidades civis engajadas na Campanha Global pela Educação. A manifestação se referia ao fato, admitido pelo próprio BIRD, de que as políticas de ajuste das contas públicas que acompanharam seus pacotes de ajuda implicaram a redução de investimentos em educação em pelo menos oito países africanos. Esse episódio ajuda a explicar porque os compromissos de assegurar educação para todos não foram cumpridos ao longo da última década. Recomendamos também que se mantenha uma posição de alerta com relação ao futuro, já que as agências multilaterais e os governos presentes à Cúpula não aceitaram firmar compromissos relativos a investimentos em educação, essenciais para que as metas postergadas para 2015 sejam alcançadas. Dentre outros compromissos, os governos dos países

presentes a Dakar comprometeram-se a assegurar a todos homens e mulheres jovens e adultos o acesso a oportunidades de aquisição de conhecimentos e habilidades necessários à vida e ao exercício da cidadania. A meta concreta é reduzir o analfabetismo à metade, o que significa chegar em 2015 com menos de 7% de brasileiros analfabetos.

Recursos insuficientes, porém, não são os únicos obstáculos para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A própria lógica economicista que vem presidindo as reformas educacionais é problemática. Como bem assinalou um grupo de intelectuais latino-americanos, a falta de participação social e de uma perspectiva ética para incidir sobre as desigualdades educativas tem resultado em políticas que produzem maior segmentação, ao invés de equidade. A posição secundária a que foi relegada a educação de pessoas jovens e adultas na reforma dos sistemas educativos no continente é só mais um sintoma disso.

Estudo sobre educação de adultos recomenda baixar expectativas e ampliar profissionalismo

A UNESCO apoiou a realização de estudos temáticos para subsidiar a cúpula mundial de Dakar. Coordenado pelo pesquisador norte-americano Daniel Wagner, o estudo sobre alfabetização e educação de adultos reconhece que nenhum país cumpriu a meta de reduzir à metade o índice de analfabetismo durante a década de 90, e assinala que os baixos níveis de escolaridade e domínio insuficiente de competências básicas configuram um problema mais extenso do que se supunha há dez anos atrás. Afirmando ser chocante que quase um quarto da humanidade ainda seja privada de um bem de fácil acesso como a alfabetização, o estudo pondera os limites dos orçamentos educacionais e acaba pedindo maior realismo com relação às metas de erradicação do analfabetismo. Os autores propõem que seja conferida maior atenção à profissionalização dos recursos humanos envolvidos nos programas de alfabetização e à responsabilização dos governos perante a sociedade por seus resultados. Destacando que a alfabetização não é uma resposta mágica aos problemas sociais, econômicos e políticos do mundo atual, mas tão somente uma dimensão parcial do desenvolvimento, o estudo recomenda baixar as expectativas com relação às mudanças resultantes dos programas de educação inicial de jovens e adultos. Mais informação no site www.literacyonline.org.

Conselho aprova Diretrizes Curriculares para a educação de jovens e adultos

Foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em 10 de maio, o Parecer e a Resolução que oferecem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Relatados pelo professor Carlos Roberto Jamil Cury, os textos deverão ser homologadas pelo Ministro Paulo Renato até o final do maio. Depois de ser publicado no Diário Oficial da União, a Resolução ganhará força de lei e, junto com o Parecer, servirá de referência para a normatização da educação de jovens e adultos nos estados e municípios.

A Resolução veda o ingresso de menores de 14 anos na educação de jovens e adultos e mantém em 15 e 18 anos as idades mínimas para certificação nos exames supletivos de ensino fundamental e médio. Sendo uma modalidade da educação básica, o ensino de jovens e adultos segue as mesmas diretrizes curriculares daquele destinado às crianças e adolescentes, devidamente contextualizadas. É obrigatório que as escolas ministrem o ensino de língua estrangeira moderna, mas a disciplina é facultativa nos exames supletivos do ensino fundamental. Os exames poderão ser promovidos por entidades particulares, desde que credenciadas pelo poder público. O texto atualizado do Parecer e da Resolução pode ser encontrado no site www.mec.gov.br/cne.



RADAR

Pronunciamento latino-americano

Um grupo de intelectuais latinoamericanos liderados por Rosa Maria Torres, Sylvia Schmelkes e Pablo Latapí – todos envolvidos com educação de jovens e adultos – subscreveu um pronunciamento político por ocasião do Fórum Mundial de Educação de Dakar. Recordando que nas últimas décadas a América Latina foi objeto de pelo menos três iniciativas internacionais em prol da democratização da educação de qualidade cujas metas não foram alcançadas, o texto pondera que o fracasso não pode mais ser atribuído somente aos limites da execução ou à escassez de recursos financeiros,

mas sim ao próprio desenho das reformas educativas. O documento reivindica a participação da sociedade na elaboração das políticas educativas e recomenda retificações em seus rumos, dentre as quais se sobressai o resgate da ética e dos valores humanos na formulação de diretrizes educacionais em busca de maior equidade, qualidade e respeito à diversidade cultural das sociedades latino-americanas.

Até 10 de maio, mil pessoas haviam aderido ao pronunciamento, cujo texto pode ser consultado no site www.observatorio.org. Adesões no mail pronunciamento@fibertel.com.ar.

Rede articula iniciativas de educação de adultos no país

Para enfrentar o isolamento das iniciativas de educação de jovens e adultos, a Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB – cria oportunidades de intercâmbio, formação e articulação política de educadores e instituições dedicados ao tema. Surgida em 1986, era formada inicialmente por educadores e centros de educação popular; a partir de 1999 passou a acolher também administrações públicas, universidades e movimentos populares.

Visando a formação de educadores, a Rede publica desde 1994 a revista semestral *Alfabetização e Cidadania* e promove periodicamente as Feiras Latino-Americanas de Alfabetização. A última Feira, realizada em Recife (1997), teve 1600 participantes. Também procura representar o movimento de educação popular de jovens e adultos frente aos poderes públicos. Fez história ao participar ativamente de comissões junto ao governo federal, no Ano Internacional da

Alfabetização (1991) e na Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos (1996). Em 2000 a RAAAB realizará um seminário nacional de 7 a 9 de setembro em Campina Grande, na Paraíba, para colocar em discussão os conceitos de alfabetização e parceria que informam diferentes projetos de educação de jovens e adultos em curso no país. O seminário também visa a articulação nacional dos diversos fóruns estaduais e regionais que se dedicam ao tema. A gestão da RAAAB é feita por um colegiado de organizações não governamentais apoiado por comissões de trabalho. Atualmente o colegiado é composto pelo Instituto Paulo Freire (SP), pelo Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação – SAPÉ (RJ) e por Ação Educativa (SP). A Rede aceita a filiação de pessoas, grupos ou organizações identificadas com a corrente da educação popular.

Contato: RAAAB a/c Instituto Paulo Freire, e-mail ipf@paulofreire.org e fone (11)3021-5536.



LEIA

Banco de Ajuda Mútua- Publicado pelo Serviço de Apoio à Pesquisa em Educação - SAPÉ, o volume reúne 42 registros de experiências de educadores de jovens e adultos que participam de coletivos de auto formação em Pernambuco e Rio de Janeiro. O projeto de sistematização e intercâmbio é desenvolvido em parceria com a Rede Diálogos e Documentos para o Progresso da Humanidade desde 1994. A coleção completa das fichas, catalogadas por autor e assunto e acompanhadas do endereço para contato, podem ser consultadas no site www.lami.org/bam.htm. Solicitações pelo e-mail sape@ax.apc.org ou fone (21)220-4580.

Alfabetização e Cidadania- História e Memória é o tema do número 9 da revista da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, que traz relatos de experiências e reflexões sobre o ensino de história, ao lado de artigo e entrevista sobre o Movimento de Educação de Base e as lutas recentes por políticas públicas de educação de jovens e adultos. Exemplares custam R\$ 5,00 e assinatura anual R\$ 12,00. Solicitações pelo e-mail acaoeduca@originet.com.br ou no fone (11) 825-5544.



ANOTE

31/05 - Prazo máximo para envio de informações ao FNDE para solicitação de recursos. Contatos pelo telefone: (61) 212-4965 ou 224-4376.

07 a 09/06 – Belo Horizonte – Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos, na Assembléia Legislativa. Informações (31)290-7686.

09/06 – Ribeirão Preto – Seminário Desafio 2000 Escola para Todos: analfabetismo de jovens e adultos. Informações: (16)601-3471/3466.

Agenda dos Fóruns

Minas Gerais – 26/05, 14h, no auditório da SME de Belo Horizonte. Informações: (31) 499-5319.

Espírito Santo – 26/05, 14h, no auditório da prefeitura de Cariacica. Informações e inscrições: (27)335-7764.

Rio Grande do Sul – 09/06, 9h, em Santa Maria, na UFSM. Informações: (51)488-1062/484-1777 r. 231

Paraíba – 14/06, 14h, no SENAI de João Pessoa. Informações: (83)231-1418.

São Paulo – 11 e 12/08, na Faculdade de Educação da USP, II Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos. Informações: 3873-2314 r.23.

Rio de Janeiro – A secretaria foi transferida para a UNIRIO. Contatos: forumejario@domain.com.br.

Informação em Rede é uma publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação.

Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil – Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082

E-mail: acaoeduca@originet.com.br – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



O Marco de Ação de Dakar

Educação Para Todos: Atingindo nossos Compromissos Coletivos

Declaração aprovada pela Cúpula Mundial de Educação (Dakar, Senegal: 26-28/04/2000)

1. Reunidos em Dakar em Abril de 2000, nós, participantes da Cúpula Mundial de Educação, nos comprometemos a alcançar os objetivos e as metas de Educação para Todos para cada cidadão e cada sociedade.

2. O Marco de Ação de Dakar é um compromisso coletivo para a ação. Os governos têm a obrigação de assegurar que os objetivos e as metas de Educação Para Todos sejam alcançadas e mantidas. Essa responsabilidade será atingida de forma mais eficaz através de parcerias amplas no âmbito de cada país, apoiada pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais.

3. Nós reafirmamos a visão da Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.

4. Acolhemos os compromissos pela educação básica feitos pela comunidade internacional ao longo dos anos 90, especialmente na Cúpula Mundial pelas Crianças (1990), na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), na Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993), na Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994), na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995), na IV Conferência Mundial da Mulher (1995), no Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996), na V Conferência Internacional de Educação de

Adultos (1997) e na Conferência Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997). O desafio agora é cumprir os compromissos firmados.

5. A Avaliação de Educação Para Todos 2000 demonstra que houve progresso significativo em muitos países. Mas é inaceitável que, no ano 2000, mais de 113 milhões de crianças continuem sem acesso ao ensino primário, que 880 milhões de adultos sejam analfabetos, que a discriminação de gênero continue a permear os sistemas educacionais e que a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas estejam longe das aspirações e necessidades de indivíduos e sociedades. Jovens e adultos não têm acesso às habilidades e conhecimentos necessários para um emprego proveitoso e para participarem plenamente em suas sociedades. Sem o progresso acelerado para uma Educação para Todos, as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza não serão alcançadas e serão ampliadas as desigualdades entre nações e dentro das sociedades.

6. A educação enquanto um direito humano fundamental é a chave para um desenvolvimento sustentável, assim como para assegurar a paz e a estabilidade dentro e entre países e, portanto, um meio indispensável para alcançar a participação efetiva nas sociedades e economias do século XXI. Não se pode mais postergar esforços para atingir as metas de Educação Para Todos. As necessidades básicas da aprendizagem podem e devem ser alcançadas com urgência.

7. Nos comprometemos a atingir os seguintes objetivos:

- i. expandir e melhorar o cuidado e a educação infantil, especialmente para as crianças mais vulneráveis e em maior desvantagem;
- ii. assegurar que todas as crianças, com ênfase especial nas meninas e crianças em circunstâncias difíceis, tenham acesso à educação primária, obrigatória, gratuita e de boa qualidade até o ano 2015;

iii. assegurar que as necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos sejam atendidas pelo acesso equitativo à aprendizagem apropriada, à habilidades para a vida e a programas de formação para a cidadania;

iv. alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos até 2015, especialmente para as mulheres, e acesso equitativo à educação básica e continuada para todos os adultos;

v. eliminar disparidades de gênero na educação primária e secundária até 2005 e alcançar a igualdade de gênero na educação até 2015, com enfoque na garantia ao acesso e ao desempenho pleno e equitativo de meninas na educação básica de boa qualidade;

vi. melhorar todos os aspectos da qualidade da educação e assegurar excelência para todos, de forma a garantir a todos resultados reconhecidos e mensuráveis, especialmente na alfabetização, matemática e habilidades essenciais à vida.

8. Para atingir esses objetivos, nós, os governos, organizações, agências, grupos e associações representadas na Cúpula Mundial de Educação, nos comprometemos a:

i. mobilizar uma forte vontade política nacional e internacional em prol da Educação para Todos, desenvolver planos de ação nacionais e incrementar de forma significativa os investimentos em educação básica;

ii. promover políticas de Educação para Todos dentro de marco setorial integrado e sustentável, claramente articulado com a eliminação da pobreza e com estratégias de desenvolvimento;

iii. assegurar o engajamento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação e monitoramento de estratégias para o desenvolvimento da educação;

iv. desenvolver sistemas de administração e de gestão educacional que sejam participativos e capazes de dar resposta e de prestar contas;

v. satisfazer as necessidades de sistemas educacionais afetados por situações de conflito e instabilidade e conduzir os programas educacionais de forma a promover a compreensão mútua, a paz e a tolerância, e que ajude a prevenir a violência e o conflito;

vi. implementar estratégias integradas para promover a equidade de gênero na educação, que reconheçam a necessidade de mudar atitudes, valores e práticas;

vii. implementar urgentemente programas e

ações educacionais para combater a pandemia HIV/AIDS;

viii. criar ambientes seguros, saudáveis, inclusivos e equitativamente supridos, que conduzam à excelência na aprendizagem e níveis de desempenho claramente definidos para todos;

ix. melhorar o status, a moral e o profissionalismo dos professores;

x. angariar novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar o esforço em alcançar as metas de Educação Para Todos;

xi. monitorar sistematicamente o progresso no alcance dos objetivos e estratégias de Educação Para Todos nos âmbitos internacional, regional e nacional;

xii. fortalecer os mecanismos existentes para acelerar o progresso para alcançar Educação para Todos.

9. Baseando-se na evidência acumulada durante as avaliações de Educação Para Todos nacionais e regionais e em estratégias setoriais já existentes, todos os Estados deverão desenvolver ou fortalecer planos nacionais de ação até, no máximo, 2002. Estes planos devem ser integrados em um marco mais amplo de redução da pobreza e de desenvolvimento e devem ser elaborados através de processos mais democráticos e transparentes que envolvam todos os interessados e parceiros. Os planos irão abordar problemas relacionados com o sub-financiamento crônico da educação básica, estabelecendo prioridades orçamentárias que reflitam um compromisso em alcançar os objetivos e as metas de Educação Para Todos o mais cedo possível ou no máximo até 2015. Também definirão estratégias claras para superar problemas especiais daqueles que estão atualmente excluídos das oportunidades educacionais, com um compromisso claro com a educação de meninas e a equidade de gênero. Os planos darão forma e conteúdo para os objetivos e estratégias estabelecidos neste documento e para os compromissos estabelecidos durante a sucessão de conferências internacionais dos anos 9. Atividades regionais para apoiarem estratégias nacionais deverão estar baseadas em organizações, redes e iniciativas regionais e sub-regionais fortalecidas.

10. Vontade política e uma liderança nacional mais forte são necessárias à implementação efetiva e bem sucedida dos planos nacionais em cada um

dos países. No entanto, a vontade política precisa sustentar-se em recursos. A comunidade internacional reconhece que, atualmente, muitos países não possuem recursos para alcançar uma Educação para Todos dentro de um prazo aceitável. Recursos financeiros novos, de preferência na forma de doações, devem, portanto, ser mobilizados pelas agências financeiras bilaterais e multilaterais, incluindo o Banco Mundial e bancos regionais de desenvolvimento, assim como o setor privado. Afirmamos que nenhum país seriamente comprometido com a Educação para Todos será impedido de realizar este objetivo por falta de recursos.

11. A comunidade internacional dará andamento a este compromisso coletivo, desenvolvendo imediatamente uma iniciativa global com vistas a desenvolver as estratégias e a mobilizar os recursos necessários para providenciar apoio efetivo aos esforços nacionais. As opções que serão consideradas nesta iniciativa seguem abaixo:

- aumentar o financiamento externo para a educação básica;
- assegurar prognóstico confiável no fluxo do auxílio externo;
- facilitar uma coordenação mais efetiva de doadores;
- providenciar alívio e/ou cancelamento da dívida em tempo mais curto e de forma mais ampla para reduzir a pobreza, e com forte compromisso na educação básica;
- realizar um monitoramento mais efetivo e regular do progresso em atingir metas e objetivos de Educação Para Todos, incluindo avaliações periódicas.

Já há evidência em muitos países do que pode ser feito por meio de estratégias nacionais fortes, apoiadas em uma cooperação efetiva de desenvolvimento. O progresso dessas estratégias pode – e deve – ser acelerado através de um maior apoio internacional. Ao mesmo tempo, aos países com estratégias menos desenvolvidas – incluindo aqueles países afetados por conflitos, os que estão em transição e os recém saídos crise – deve ser dado o apoio necessário para atingirem um progresso mais rápido na Educação para Todos.

12. Fortaleceremos os mecanismos internacionais e regionais para que expressem claramente esses

compromissos e asseguraremos que o Marco de Ação de Dakar esteja na agenda de todas as organizações internacionais e regionais, todos os corpos legislativos nacionais e todos os fóruns locais responsáveis por decisões.

13. A Avaliação de Educação Para Todos de 2000 realça que o desafio maior da Educação para Todos está na África sub-saariana e no sul da Ásia. Neste sentido, embora nenhum país que tenha necessidade deva ser excluído do auxílio internacional, a prioridade deve ser dada a estas duas regiões do mundo. Os países em conflito ou em fase de reconstrução também devem receber atenção especial na construção de seus sistemas educacionais para atenderem às necessidades de todos os educandos.

Fortalecer os mecanismos existentes para acelerar o progresso da Educação para Todos

14. A implementação dos objetivos e estratégias descritas anteriormente vai requerer a dinamização imediata de mecanismos nacionais, regionais e internacionais. Para que sejam mais efetivos, estes mecanismos serão participativos e, onde for possível, irão fortalecer o que já existe. Estes incluirão representantes de todos os participantes e parceiros e irão operar de forma transparente e responsável. Responderão de forma compreensiva à palavra, ao espírito da Declaração de Jomtien e a este Marco de Ação de Dakar. As funções desses mecanismos incluirão, em níveis variados, defesa de direitos, mobilização de recursos, monitoramento e geração e disseminação de conhecimentos sobre Educação para Todos.

O cerne da atividade de Educação para Todos está no âmbito dos países. Fóruns nacionais de Educação para Todos serão fortalecidos ou estabelecidos para apoiar os resultados a serem alcançados. Todos os ministérios relevantes e as organizações nacionais da sociedade civil serão sistematicamente representadas nestes Fóruns. Estes devem ser transparentes e democráticos e devem constituir um marco de implementação no âmbito sub-nacional. Os países devem preparar Planos Nacionais de Educação para Todos até, no máximo, 2002. Para aqueles países com desafios significativos, tais como crises complexas ou desastres naturais, apoio técnico especial será providenciado pela comunidade

internacional. Cada Plano Nacional de Educação para Todos:

- Será desenvolvido sob a liderança governamental, consultando diretamente e sistematicamente a sociedade civil nacional;
- Atrairá apoio coordenado de todos os parceiros de desenvolvimento;
- Especificará reformas referentes aos seis objetivos de Educação para Todos;
- Estabelecerá um marco financeiro sustentável;
- Será orientado para a ação e especificará prazos;
- Incluirá indicadores de desempenho de médio prazo; e
- Atingirá uma sinergia de todos os esforços de desenvolvimento humano, pela sua inclusão no planejamento e no processo de implementação do marco de desenvolvimento nacional.

Onde estes processos e um plano confiável estiverem em andamento, membros parceiros da comunidade internacional se comprometem a trabalhar de forma consistente, coordenada e coerente. Cada parceiro contribuirá através dos Planos Nacionais de Educação Para Todos de acordo com sua relativa competência para assegurar que as lacunas de recursos sejam adequadamente preenchidas.

As atividades regionais de suporte aos esforços nacionais terão suas bases nas organizações regionais e sub-regionais, redes e iniciativas já existentes, as quais serão fortalecidas quando for necessário. As regiões e sub-regiões decidirão sua rede de Educação para Todos que exerça liderança e que se transformará no Fórum da região ou sub-região com um mandato de Educação para Todos explícito. É essencial o envolvimento sistemático e a coordenação com toda a sociedade civil relevante e com outras organizações regionais e sub-regionais. Estes Fóruns de Educação para Todos Regionais e Sub-regionais se articularão organicamente com os Fóruns Nacionais e a eles prestarão contas. Suas funções serão: coordenação com todas as redes relevantes; estabelecimento e monitoramento das metas regionais e sub-regionais; defesa de direitos, diálogo sobre políticas; promoção de parcerias e de cooperação técnica; compartilhamento de casos exemplares e de lições aprendidas; o

monitoramento e relato para uma prestação de contas responsável; e a promoção da mobilização de recursos. Apoio regional e internacional será disponibilizado para fortalecer os Fóruns Regionais e Sub-regionais e as competências relevantes para se alcançar a Educação para Todos, especialmente na África e no sul da Ásia.

A UNESCO continuará exercendo seu mandato na coordenação dos parceiros de Educação para Todos e a manter seu ímpeto de colaboração. Neste sentido, o Diretor Geral da UNESCO convocará anualmente um pequeno grupo flexível de alto nível. Este servirá de alavanca para o compromisso político e a mobilização de recursos técnicos e financeiros. Recebendo informações de monitoramento dos institutos da UNESCO (IIEP, IBE, UIE) e, especialmente do Instituto de Estatísticas e dos Fóruns Regionais e Sub-regionais, também terá oportunidade de cobrar responsabilidade da comunidade global pelos compromissos assumidos em Dakar. Será composto de líderes do mais alto nível de governos e da sociedade civil de países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como das agências de desenvolvimento.

A UNESCO servirá de Secretaria. O foco de seu programa educacional será adaptado a fim de colocar os resultados e as prioridades de Dakar no centro de seu trabalho. Isto envolverá o estabelecimento de grupos de trabalho para cada um dos seis objetivos estabelecidos em Dakar. Esta Secretaria trabalhará próxima a outras organizações e pode incluir pessoas por elas cedidas.

Alcançar a Educação Para Todos demandará apoio financeiro adicional dos países, aumento da ajuda para o desenvolvimento e perdão da dívida em prol da educação por parte dos doadores bilaterais e multilaterais, o que custará em torno de US\$ 8 bilhões por ano. Portanto, é essencial que novos compromissos financeiros concretos sejam firmados pelos governos nacionais e também pelos doadores bilaterais multilaterais, incluindo-se o Banco Mundial, os bancos regionais de desenvolvimento, a sociedade civil e as fundações.

Dakar, Senegal: 26 a 28 de abril de 2000.

Tradução de Anne M. Spyer e Camilla C. Silva



Câmara aprova Plano Nacional de Educação

A Câmara dos Deputados aprovou em 14 de junho o Plano Nacional de Educação, que prevê a alfabetização de dez milhões de jovens e adultos nos próximos cinco anos e a completa erradicação do analfabetismo em dez anos. Metade da população que possui menos de quatro anos de estudos deve receber educação equivalente às séries iniciais do ensino fundamental até 2005. No final da década toda a demanda pelo segundo segmento do ensino fundamental de jovens e adultos deve ser coberta e a capacidade de atendimento no ensino médio deverá ter sido quadruplicada. A versão aprovada corresponde ao substitutivo do Deputado Nelson Marchezan (PSDB/RS), que ficou a meio caminho entre os projetos de lei propostos pelo governo e pela oposição. O Plano recomenda diversificar a oferta e articular as políticas de educação básica, cultura, qualificação profissional, geração de emprego e renda mínima. Determina que as escolas públicas incorporem cursos para jovens e adultos, que o MEC ofereça materiais didático-peda-

gógicos adequados e que Estados, contando com a cooperação das demais esferas de governo, formem os professores.

Não há mecanismos jurídicos que assegurem que as diretrizes do Plano sejam seguidas, até porque o alcance das metas está condicionado às disponibilidades orçamentárias. As metas relativas à educação de jovens e adultos, por exemplo, requerem uma elevação no atual padrão do gasto público que, nos anos 90, ficou entre 0,3 e 0,5% das despesas realizadas pelas três esferas de governo com educação.

Para atingir a meta de investir 7% do Produto Interno Bruto em educação, o relator avalia que será necessário elevar a vinculação de recursos da União de 18% para 22%, enquanto os Estados e Municípios teriam que elevar os gastos de 25 para 30% da receita de impostos. A idéia de elevar os percentuais de recursos dedicados à educação não foi bem recebida na área econômica do governo, que é resistente a qualquer forma de vinculação de receitas.

Por um triz...

O quorum reduzido de 15 de junho acabou levando à suspensão da primeira sessão do Congresso para apreciação de vetos presidenciais do ano 2000. Em 8º lugar da pauta de votação encontrava-se o veto à Lei 9424/96 que impede o cômputo das matrículas no ensino fundamental de jovens e adultos nos cálculos do FUNDEF. Para derrubar um veto presidencial são necessários 257 votos, ou seja, a maioria simples dos congressistas. Como o quorum das duas casas era baixo naquele dia, seria difícil derrubar qualquer veto do Presidente, em especial aqueles em torno dos quais não há consenso. Essa avaliação fez com que a liderança da oposição entrasse em acordo para suspender a votação. Para saber quando haverá nova sessão, é preciso consultar www.camara.gov.br ou a Secretaria da Mesa nos fones (61) 322-4050/7244.

Ministério homologa Diretrizes

O Ministro da Educação homologou em 7 de junho o Parecer 11/2000 que traça Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. A decisão foi publicada no Diário Oficial de União do dia 9 de junho. O Parecer foi relatado pelo Prof. Jamil Cury, membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. As diretrizes distinguem três funções para a educação básica de jovens e adultos (reparadora, equalizadora e qualificadora), enfatizam o direito público subjetivo dos jovens e adultos à educação básica, limitam o acesso aos maiores de 14 anos, recomendam a contextualização do currículo e a formação específica dos educadores. Por associá-la a uma concepção superada de reposição de escolaridade, o relator recomenda que a expressão *ensino supletivo* seja substituída por *educação de jovens e adultos*.

Nordeste paulista constitui Fórum de educação de jovens e adultos

A criação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Nordeste do Estado de São Paulo foi um dos saldos positivos do *Desafio 2000: escola para todos*, organizado pelas Emissoras Pioneiras de Televisão (subsidiária da Rede Globo) com apoio técnico das secretarias municipais de educação de Ribeirão Preto, Barretos e Franca. O evento reuniu em 9 de junho mais de trezentas pessoas de 38 municípios do nordeste paulista, que entregaram ao Ministro da Educação um abaixo assinado reivindicando a derrubada do veto presidencial à lei 9424, que impede o cômputo das matrículas do ensino fundamental de jovens e adultos nos cálculos do FUNDEF. Presente ao evento, o Ministro Paulo Renato alegou que o veto

deveu-se apenas a um problema operacional de contabilidade de matrículas, mas não convenceu a maioria dos secretários municipais de educação presentes, que assumiram o compromisso em aumentar o atendimento educacional aos jovens e adultos. Apesar de 96% dos municípios manterem programas de alfabetização e educação básica que atendem pouco mais de 9 mil jovens e adultos, a região ainda registra índices médios de analfabetismo próximos aos 12%, o que representa cerca de 190 mil pessoas por serem alfabetizadas.

A primeira reunião do Fórum regional de educação de jovens e adultos será em 9 de agosto às 14:30 horas na Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto.

EDITORIAL

Publicidade preconceituosa estigmatiza analfabetos

Publicidade recente assinala que o Programa Alfabetização Solidária já se faz presente em mais de mil municípios brasileiros. A coordenação estima que 340 mil jovens e adultos estejam frequentando as classes de alfabetização mantidas pelo Programa durante o primeiro semestre de 2000. Boa parte da expansão do atendimento deve-se ao projeto piloto dos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, que acaba de chegar também ao Distrito Federal. Não foi possível até o momento identificar o critério pelo qual a região metropolitana de Brasília foi escolhida para a expansão do projeto piloto, já que as experiências carioca e paulistana ainda não foram avaliadas e o Distrito Federal é a unidade da federação com os menores índices de analfabetismo do país. Das 34 instituições de ensino superior envolvidas no projeto piloto dos grandes centros urbanos, apenas seis são universidades públicas.

O crescimento do Programa Alfabetização Solidária nos grandes centros urbanos é co-financiado pelo MEC e por doações de pessoas físicas realizadas por meio de cartões de crédito. No início, a campanha publicitária de captação dessas

doações utilizou o *slogan* "Adote um analfabeto", muito criticado por utilizar a imagem do jovem e adulto não escolarizado como objeto de caridade, negando sua condição de cidadãos portadores de direitos, dentre os quais inclui-se o ensino fundamental. Sem mudar a essência da campanha, os publicitários discretamente substituíram o *slogan* pelo convite à adoção de um aluno. Recentemente, a publicidade do Programa Alfabetização Solidária voltou a recair em preconceito ao utilizar o *slogan* "Analfabetismo: elimine essa mancha do mapa do Brasil". Mais uma vez, os brasileiros que foram vítimas de processos de exclusão social que lhes impediram de usufruir do direito básico da cidadania à educação elementar são estigmatizados e qualificados como sujeira do tecido social, cuja remoção seria possível por intermédio da filantropia.

Iniciativas como a da Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome comprovam que os meios de comunicação e os recursos publicitários são um poderoso instrumento de mudança cultural e mobilização da solidariedade social. Ao veicular mensagens preconceituosas, entretanto, só ajudam a perpetuar injustiças e desigualdades.

Nova estratégia do Banco Mundial para o Brasil incorpora alfabetização de adultos

"O ensino básico continua a ser a principal área de apoio do Banco Mundial ao Governo. Planeja-se uma ampliação do Fundescola. Os programas para crianças em idade pré-escolar, de desenvolvimento de professores e de transmissão de técnicas básicas de alfabetização para adultos educacionalmente atrasados são novas áreas de ênfase para promover o avanço educacional da população brasileira." Essa é uma transcrição do resumo em português da Estratégia de Assistência do Banco Mundial ao Brasil. Ela pode significar que o BIRD reconhece que a política educacional do governo brasileiro que ele vem apoiando deixou a descoberto dimensões relevantes como a educação infantil, de jovens e adultos e a valorização do magistério.

O resumo e a versão completa do *Country Assessment Strategy* - mantidos em sigilo pelo governo brasileiro e obtidos pela Senadora Heloísa Helena (PT/AL) - foram divulgados pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais durante seminário promovido pelo Banco Mundial em Brasília dia 30 de maio. O evento teve por fim divulgar os resultados da pesquisa *Vozes dos Pobres*, realizada em 60 países, com caráter de um diagnóstico qualitativo e participativo sobre a pobreza. No Brasil, o estudo compreendeu comunidades urbanas de Recife (PE), Santo André (SP) e Itabuna (BA).

Esse e outros estudos e documentos do Banco Mundial podem ser consultados no Centro de Informação ao Público sediado em Brasília, pelo e-mail pic_brasilia@worldbank.org ou fone (61) 329-1099.



RADAR

CEAAL – O Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe realizará sua VI Assembleia Geral em fins de agosto, no Panamá. A preparação realiza-se em seminários regionais, um dos quais reunirá em São Paulo, de 18 a 20 de julho, representantes de centros filiados ao Conselho no Cone Sul. Na semana anterior, de 10 a 12 de julho, o CEAAL promove uma consulta sobre alfabetização na República Dominicana.

Pesquisando para um novo milênio

Vancouver, Canadá, recebeu entre 2 e 4 de junho a 41ª Conferência Anual de Pesquisa em Educação de Adultos, promovida por associações da América do Norte, Europa e Austrália. Pré-conferências sobre educação sindical, alfabetização, povos indígenas, afro-descendentes e mulheres antecederam o evento, cujo programa tem 625 páginas de resumos das 32 mesas redondas, 5 simpósios e 100 comunicações. Predominaram estudos relativos aos espaços e processos não escolares de formação de adultos, especialmente aqueles que enfocam os movimentos sociais, a diversidade étnica, cultural e de gênero, em abordagens que se aproximam do paradigma latino-americano da educação popular. No ano de 2001 a conferência se realizará de 3 a 5 de julho em Londres, na Inglaterra. O site www.scutrea.ac.uk tem mais informação.

Bolsa de estudos e pesquisas

Estão abertas até 31 de julho as inscrições para o programa de bolsas Cirill O'Houle em Educação Continuada de Adultos, financiado pela Fundação W. K. Kellogg e administrado pelo Departamento de Educação de Adultos da Universidade da Georgia. O programa concede bolsas bienais de até U\$ 20 mil ao ano para pesquisadores cujas carreiras profissionais estejam em ascensão recente, tendo concluído a graduação, mestrado ou doutorado a partir de 1994. A cada ano são selecionados 5 bolsistas norte-americanos, 2 latino-americanos e 2 sul-africanos. Maiores informações e formulários podem ser solicitados à Universidade da Georgia pelo e-mail hsp@arches.uga.edu, fones (800) 816-3383 ou (706) 542-2214.

Chile – A posse do socialista Ricardo Lagos soprou ventos de mudança na coordenação da educação de jovens e adultos no governo chileno. O cargo foi assumido por Isabel Infante, que foi consultora do escritório regional da UNESCO e coordenou a pesquisa sobre analfabetismo funcional na América Latina. Sua assistente, Maria Eugenia Letelier, doutorou-se no Brasil, depois de atuar em organizações não governamentais no Chile.

Escola Plural sistematiza experiências

Desde 1994, a proposta político-pedagógica da Escola Plural de Belo Horizonte vem implementando práticas que visam eliminar os fatores da organização e gestão escolar que excluem as classes populares do acesso e benefícios da educação. Foram enfatizadas soluções contextualizadas, o trabalho coletivo nas unidades escolares e a participação da comunidade na gestão. A educação de jovens e adultos sentiu o impacto positivo destas medidas no aumento da demanda por parte dos pais dos alunos, atraídos pelas mudanças observadas na escola dos filhos. O aumento da demanda deve-se também ao fechamento de vagas na educação de adultos na rede estadual. O município mantém 51 escolas que ofertam o primeiro segmento do ensino fundamental, 17 que atendem a suplência do segundo segmento do ensino fundamental, além de 63 escolas que oferecem 5ª à 8ª séries no regular noturno, muito procurado por jovens e adultos. A rede também mantém turmas de alfabetização para as mães de crianças participantes do programa bolsa-escola, que depois são encaminhadas para o ensino funda-

mental. Para subsidiar políticas de educação adequadas a esse público, foi feita em 1995 parceria com a Escola Sindical 7 de Outubro na organização do Programa de Educação do Trabalhador.

Os professores que atuam na educação de adultos são concursados, participam dos horários coletivos de trabalho na escola e dispõem de 20% de sua carga horária para dedicação a projetos, além de participar de redes de troca de experiência e de cursos centralizados. A educação de jovens e adultos participa também da Constituinte Escolar, que orientará a reescrita dos regimentos escolares em 2001. A Coordenadoria está produzindo um caderno preliminar de balanço das experiências dos professores e escolas visando formular diretrizes pedagógicas, que será discutido em setembro nas escolas e sistematizado até o final do ano, quando os resultados da Constituinte serão apresentados ao Conselho Municipal para homologação.

Contato: SME de Belo Horizonte - Coordenação de Políticas Pedagógicas - Fone (31)277-8641 ou e-mail cpp02@pbh.gov.br, com Liliane ou Sângela.

ANOTE

Agenda dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos

RJ - 26/06, 14h, no auditório do SESI, sobre Diretrizes Curriculares. Informações com Eliane pelo e-mail forumejario@domain.com.br ou fone (21)541-1839 r.2006.

MG - 30/06, 14h, no auditório da SME de Belo Horizonte, sobre Avaliação, com a Profª Ângela Balben. Informações pelo e-mail neja@tech.fae.ufmg.br ou fone (31) 499-5319.

RS - 14/7, 9 às 16h, em Esteio, sobre formação de educadores. Contatos com Leslie pelo e-mail ccs@gravatairs.gov.br ou fone (51) 488-1062, ou claitong@ce.ufsm.br com Claiton.

GO - 7/8 - Seminário de constituição do Fórum de Goiás. Informações com Élia no fone (62) 223-3481.

PB - 9/8, 14 h, no campus da UFPB de Campina Grande. Pauta: preparação do II ENEJA. Contatos no e-mail tanioedi@zaz.com.br com Profª Edileuza Rodrigues Viana.

TO - 10 a 12/08, em Palmas, na Universidade Luterana. Palestra de Jamil Cury, oficinas e mini-cursos. Informações fone (63)218-2299 ou e-mail estatisticato@inep.gov.br com Iolanda.

SP - 11 e 12/08, na USP - II Seminário de Educação de Jovens e Adultos. Pauta: Políticas municipais. Informações: Centro Cida Romano, e-mail cecir@sedes.org.br ou (11)3873-2314 r.23.

11/7 - Encontro do Projeto Piloto em Grandes Centros Urbanos do Programa Alfabetização Solidária, no Hotel Ca d'Oro, São Paulo, das 9 às 18h.



LEIA

KLEIMAN, A. B., SIGNORINI, I. et al. **Ensino e formação do professor: alfabetização de jovens e adultos**. Porto Alegre : Artes Médicas, 2000. O livro apresenta os resultados de um projeto destinado à formação em serviço de alfabetizadoras de jovens e adultos, na cidade de Cosmópolis (SP) entre os anos de 1991 e 1996. Contribui de modo decisivo para ampliar o conceito de formação em serviço, reposicionando a importância da atividade de pesquisa para desencadear a reflexão sobre as necessidades de aprendizagem de alfabetizadoras e educandos jovens e adultos. Traz artigos elaborados tanto pelas pesquisadoras e formadoras (professoras universitárias) quanto por estagiárias (estudantes universitárias) e alfabetizadoras.

Informação em Rede é uma publicação de **Ação Educativa** - Assessoria, Pesquisa e Informação.

Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil - Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082

E-mail: acaoeduca@originet.com.br - Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



MEC promove reunião sobre formação de educadores de adultos

Em pauta, Diretrizes Curriculares Nacionais e Parâmetros em Ação

Coordenadores e técnicos de secretarias de educação de dez estados e de 38 pólos municipais estiveram em Brasília em 5 e 6 de julho para uma reunião sobre os Parâmetros em Ação em Educação de Jovens e Adultos (PAEJA), o programa de formação continuada de educadores desenvolvido pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC).

A primeira fase do PAEJA teve início em agosto de 1999 com os denominados “ativadores curriculares” pertencentes às equipes técnicas das secretarias de educação dos estados, responsáveis por multiplicar atividades de formação junto às respectivas redes e aos municípios daquela unidade da federação. Segundo Walter Takemoto, Diretor do Departamento de Política Educacional da SEF, o desenvolvimento dessa etapa foi muito desigual no território nacional, variando segundo a disponibilidade dos “ativadores”. Ao final do ano, o MEC fez uma avaliação e decidiu unificar os procedimentos de formação na educação infantil, de jovens e adultos e no ensino fundamental, constituindo a Rede Nacional de Formadores (RNF). Essa Rede é formada por especialistas contratados pelo MEC que assessoram continuamente a formação de educadores promovida pela redes públicas de seu estado. Encontra-se em fase experimental um site dinâmico dos Parâmetros em Ação, que vai ao ar a partir de agosto e deve ser um instrumento da RNF.

No caso da educação de jovens e adultos, os Parâmetros em Ação resguardam ainda uma dinâmica diferenciada: uma equipe de cinco especialistas contratados pelo MEC viaja por todo o país cumprindo a primeira etapa de formação de formadores. As atividades são desenvolvidas em quatro dias nos “pólos” agregadores de municípios que aderem ao programa de uma mesma região. Continuam exercendo funções de “ativadores curriculares” os técnicos de seis secretarias

estaduais que deram continuidade às atividades de formação junto aos municípios (Acre, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná), aos quais deve somar-se o Ceará.

Fora do circuito federal circula outra versão para explicar a descontinuidade do trabalho dos “ativadores curriculares” ao final de 1999: o corte drástico promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação nos repasses de recursos para formação de educadores teria impedido muitas secretarias estaduais de educação de cumprir os compromissos assumidos frente ao PAEJA.

A participação nos Parâmetros em Ação em Educação de Jovens e Adultos vem colocando em cheque o grau de autonomia ou subordinação das secretarias de educação de estados e municípios em relação ao MEC para a implementação de suas políticas de desenvolvimento curricular e formação de educadores em serviço. Também interfere nas relações federativas, já que a substituição dos “ativadores curriculares” por assessores contratados pelo Ministério permite ao governo federal levar orientações diretamente aos municípios, sem a mediação das secretarias de educação dos estados.

A reunião nacional do início de julho foi prestigiada com a presença do Ministro e da Secretaria de Educação Fundamental. A condução técnica ficou a cargo da coordenadora Leda Seffrin e das assessoras Maria Amábil Mansutti e Marta Durante. Contou também com a presença do Prof. Carlos Roberto Jamil Cury para um breve debate sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos aprovadas recentemente pelo Conselho Nacional de Educação e pelo MEC. Os participantes foram informados da realização em setembro de um Seminário Nacional dos Parâmetros em Ação em Educação de Jovens e Adultos, cujo local e data exatos ainda não foram definidos.

Estatuto de Direitos da Criança e do Adolescente completa dez anos

Em 13 de julho de 2000 o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA) completou uma década. Educadores de jovens e adultos têm em suas mãos parte da responsabilidade em dar concretude a determinações da Constituição e do ECA: assegurar que todos adolescentes e jovens freqüentem escolas, pelo menos até completar o ensino fundamental. Infelizmente, isso está distante de acontecer. O IBGE ainda não disponibilizou informação mais recente; em 1996, menos de 20% dos jovens de 15 a 19 anos freqüentavam escolas e a maioria dos adolescentes de 15 a 17 anos não havia concluído o ensino fundamental.

Anos de estudos da população de 15 a 17 anos

Anos de estudo	Total	%
Total	10.369.278	100,0
Sem instrução ou - de 1 ano	565.918	5,4
1 a 4 anos	1.791.471	17,3
4 a 7 anos	5.068.511	48,9
8 anos ou mais	2.833.091	27,3

Fonte: IBGE. Contagem da População 1996

São Paulo recebe exposição educativa de fotos sobre trabalho infantil

No décimo aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação promove em São Paulo eventos voltados para a discussão do trabalho infantil. Entre julho e agosto, o SESC de Itaquera acolhe uma exposição de trabalhos da fotógrafa Iolanda Husak, aberta ao público e à visita monitorada de grupos de 50 alunos de 24 escolas públicas. Os monitores são 45 estudantes de ensino médio que receberam formação específica para esse fim. Haverá também oficinas para professores e palestras abertas ao público sobre direitos, causas e efeitos do uso de mão-de-obra infanto-juvenil no Brasil. Trata-se de uma realização conjunta de Ação Educativa, Sesc Itaquera, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária.

Exploração infantil: Educação através de imagens - de 8/7 a 27/8 no SESC Itaquera: Av. Fernando E. S. Alves de Matos, 1000, São Paulo SP, fone (11) 6521-7272, fax (11) 6521-4339, email@itaquera.sescsp.com.br.

EDITORIAL

Ação do MEC na formação de educadores está por ser avaliada

Desde 1994 Ação Educativa colabora com a Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação na elaboração de subsídios para educadores de jovens e adultos, como a *Proposta Curricular para o Primeiro Segmento do Ensino Fundamental*, o guia *Diagnosticando Necessidades de Aprendizagem* e a coleção de livros didáticos *Viver, Aprender*. Foi com naturalidade, portanto, que nossa equipe acolheu o convite para elaborar um guia de estudo para que educadores de jovens e adultos que não têm acesso a oportunidades de formação continuada pudessem receber orientações para utilizar a proposta curricular e os materiais didáticos com criatividade e autonomia. Segundo a demanda formulada pela SEF no primeiro semestre de 1999, os *Parâmetros em Ação* dirigiam-se a algumas centenas de municípios mais pobres do país, em que os professores das redes públicas são pouco escolarizados e têm escassas oportunidades de aperfeiçoamento profissional, de vez que aí raramente chegam agentes formadores.

A configuração que os *Parâmetros em Ação* assumiram após o material para educação de jovens e adultos ter sido elaborado foi bastante diversa da proposta original. Ação Educativa não concebeu um guia para um programa nacional de formação em serviço que aborda com os mesmos instrumentos contextos tão diversificados quanto os pequenos municípios pobres do Norte e Nordeste e regiões metropolitanas que sediam grandes centros universitários.

Sempre se poderá argumentar, em defesa da estratégia homogeneizadora adotada pelo MEC, que os estados e municípios engajados nos *Parâmetros em Ação* o fizeram por livre adesão, mas esse argumento sucumbe facilmente quando se considera quão potente é, na história brasileira, a força indutora da União em matéria educacional.

Ao afirmar que os rumos assumidos pelos *Parâmetros em Ação em Educação de Jovens e Adultos* são distintos de sua concepção inicial, não fazemos qualquer pré-julgamento de seus resultados, que merecem avaliação rigorosa.

Fórum de São Paulo realiza II Seminário

O primeiro aniversário do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de São Paulo será marcado pela realização do II Seminário estadual que, diante da proximidade das eleições, priorizou o tema das políticas públicas. O evento começa na noite de 11/8 no Anfiteatro de Convenções da USP com pronunciamentos de Carlos Abicalil, sobre as políticas educacionais, e Jane Paiva, sobre a experiência do Fórum do Rio de Janeiro. Na manhã do dia 12 os participantes estarão na Faculdade de Educação distribuídos em mesas temáticas sobre experiências municipais, formação de educadores, currículo, gestão democrática, papel do legislativo, orçamento, parcerias e preparação para o trabalho. À tarde, atividades culturais alternam-se com comunicações de experiências e encontro dos educandos. A plenária final no Anfiteatro de Convenções deve aprovar propostas de políticas municipais de educação de jovens e adultos. Inscrições pelo fone (11)3873-2314 ramal 23.



RADAR

Copenhague: mais ou menos cinco? Genebra sediou em junho a avaliação quinquenal da Cúpula de Desenvolvimento Social. Causou surpresa o fato do Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, subscrever com dirigentes do FMI, Banco Mundial e OCDE um documento em que as metas de desenvolvimento social são subordinadas ao crescimento econômico, visão que retrocede em relação à vigente em Copenhague cinco anos atrás. A abordagem da educação nesse documento se restringe à escolarização primária de crianças. Já o texto final da reunião reafirma a Declaração de Dakar sem, no entanto, operacionalizar a reestruturação do Fórum de Educação para Todos, as metas de perdão da dívida externa de países pobres ou de ampliação do financiamento.

Reunião técnica no Chile – A UNESCO e o governo chileno promovem em Santiago, de 21 a 24/8, a reunião técnica *Os novos desafios da educação permanente de pessoas jovens e adultas na América Latina*, que cumpre simultaneamente diversas funções, dentre as quais o lançamento dos livros relativos à pesquisa regional sobre analfabetismo funcional e à estratégia de continuidade da V CONFINTEA. Do Brasil, participarão Vanilda Paiva, que fala sobre as novas tecnologias de comunicação e informação na sociedade do conhecimento, e Vera Ribeiro, que intervéem nos temas do analfabetismo funcional e desenvolvimento curricular.

Governo paulista frustra comunidades

Na tarde de 1o de julho, diante da Igreja São Francisco de Ermelino Matarazzo, membros de Conselhos Comunitários de Educação e Cultura da região metropolitana planejavam comemorar a assinatura de convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a abertura de 400 novos núcleos de alfabetização de jovens e adultos. Diante da negativa do governo estadual, que alegou falta de recursos e impedimento da lei eleitoral, o evento acabou se transformando em um ato de protesto. Há expectativa de que decisão seja revertida, já que as negociações com o governo prosseguem.

A parceria entre os Conselhos Comunitários e a Secretaria Estadual de Educação teve início com a mediação do Instituto Brasileiro de Estudos e Ação Comunitária (IBEAC) em 1998, quando foi firmado um convênio para criação de 250 núcleos de alfabetização para atender 6.250 jovens e adultos. No ano seguinte o apoio do governo estadual estendeu-se ao Projeto "Saber Mais", gerenciado pela Comunidade Kolping, que compreende 350 núcleos e 8.750 alfabetizando. O convênio que os Conselhos de Educação e Cultura esperavam celebrar agora visava atender dez mil pessoas, tendo por horizonte a meta de constituir dois mil núcleos comunitários de alfabetização.

Os 250 núcleos de alfabetização mantidos por Conselhos Comunitários da Zona Norte, Cangaíba, Cidade Tiradentes e Ferraz de Vasconcelos tiveram melhor sorte, pois seu projeto em parceria com o IBEAC foi renovado.

O conveniamento implica o pagamento mensal de ajuda de custo aos alfabetizadores (R\$ 135) e supervisores (R\$ 250,00) e, por vezes, também despesas com formação continuada em serviço e material didático-pedagógico.



CARTAS

"Sou leitora assídua de 'Informação em Rede'. Estamos de acordo no que diz respeito às políticas de alfabetização. Nas questões pedagógicas, entretanto, só vejo referência a um tipo de abordagem. Tenho encontrado na Internet material interessantíssimo sobre procedimentos fônicos. São documentos oficiais baseados em pesquisas científicas: www.standards.dfee.gov.uk/literacy/whatshou www.nichd.nih.gov/publications/nrppubskkey.cfm."

(Eloisa Meireles, Rio de Janeiro, 5/7/00).

Goiânia dá continuidade a experimento de alfabetização de jovens

Em um país em que a alternância política produz descontinuidade administrativa, chega a surpreender a longevidade do programa experimental para o primeiro segmento do ensino fundamental de adolescentes, jovens e adultos mantido pela Prefeitura de Goiânia. Conhecido como AJA, o programa nasceu do projeto *Alfabetização e Cidadania*, desenvolvido em 1992 pela Universidade Federal de Goiás, para o qual a rede municipal de ensino cedia professores. Procurando enfrentar os elevados índices de evasão escolar do ensino noturno, a partir de agosto de 1993 o município incorporou ao AJA os princípios pedagógicos do Projeto *Alfabetização e Cidadania*, adotando um modo de funcionamento e uma proposta curricular bastante flexíveis.

O educando pode ingressar em qualquer momento do ano, não há exigência de frequência obrigatória, a jornada diária de estudos é reduzida e a sistemática de avaliação permite a progressão continuada e a aceleração dos estudos. São 800 horas anuais distribuídas em 200 dias letivos, sendo 600 horas-aula e 200 horas de atividades extra-classe

em pesquisas, seminários temáticos, eventos culturais, plantões escolares de orientação de estudos e recuperação contínua. O conhecimento é concebido como uma construção coletiva a partir dos saberes de que os educandos são portadores, num processo dialógico em que o educador exerce a função de mediador que propicia o alargamento da compreensão crítica da realidade.

Tendo obtido êxito no objetivo de reduzir a evasão nas 26 turmas iniciais, o AJA foi ampliado em 1994 para 61 classes, sofreu redução para 30 salas de aula mas voltou a crescer no final da década, chegando a 168 turmas em 1999. Nesse trajeto, contribuiu a aprovação em 1995 de Lei que comprometeu o governo municipal a prover o atendimento e assegurar-lhe o financiamento. O desafio atual é expandir a experiência para o segundo segmento do ensino fundamental.

Contato: Coordenação do Ensino Noturno da SME de Goiânia, fone (62)524-8920/21/22/24, fax (62) 524-8938, e-mail seceduc@zaz.com.br, com Jeva ou Aleir.



LEIA

La Educación de Personas Jóvenes y Adultas en América Latina y Caribe: Prioridades de Acción en el Siglo 21 – Os debates animados por UNESCO, CEAAL, CREFAL e INEA em continuidade à V Conferência Internacional de Educação de Adultos são sistematizados nas quase 300 páginas desse livro, que pode ser solicitado à Oficina Regional para América Latina y Caribe da UNESCO: Calle Enrique Delpiano 2058, Caixa Postal 3187, Santiago do Chile, fone (562) 655-1046, fax (562) 655-1050.

O número 12 da *Revista Brasileira de Educação*, publicada pela Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, traz dois artigos de interesse para educadores de adultos: Alceu Ferraro atualiza um rigoroso *Diagnóstico da escolarização no Brasil*, enquanto Marta Kohl de Oliveira sistematiza uma visão dos *Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem* a partir da psicologia. Assinaturas anuais (R\$ 40) e exemplares avulsos (R\$ 15) podem ser solicitados a Helena, da Secretaria de Redação da RBE, no endereço de Ação Educativa.



ANOTE

24 a 28/7, em Brasília: I Congresso Nacional da Juventude Rural. Informações pelo e-mail eduardomadruga@terra.com.br, fone (41)225-7512, fax (41) 223-5388.

24 a 28/7, em São Paulo: Cursos e Oficinas de Ação Educativa. Informações com Sílvia Maria.

26 e 27/7, em Curitiba: Curso sobre Alfabetização Informações na ADITEPP: fone (41) 223-3260 ou e-mail aditepp@cw.palm.com.br.

1º e 2/8, em Londrina: II Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Paraná. Informações: fone (43)324-7199 ou ceslond@sercomtel.com.br.

7/8, em Goiânia: Seminário de constituição do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Goiás. Informações com Élia, fone (62) 224-5646.

8 a 10/09, em Campina Grande (PB): II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. Informações na RAAAB ou Fórum da Paraíba.

14 a 16/9, em Palmas (TO), II Fórum de Educação de Jovens e Adultos. Informações com Luciana, e-mail nde@fieto.com.br, fone (63) 414-3131.

Informação em Rede é uma publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação.
Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil – Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082
E-mail: acaoeduca@originet.com.br – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



Eventos marcam Dia Internacional da Alfabetização

Semana terá debates em Campina Grande, Recife e São Paulo

Há anos o Dia Internacional da Alfabetização não era comemorado com tantos eventos como os previstos para 8 de setembro de 2000. A multiplicidade de iniciativas pode ser interpretada positivamente, como sinal da vitalidade da educação de jovens e adultos no Brasil, mas a superposição de reuniões em datas coincidentes pode revelar também dificuldades de comunicação e articulação entre os promotores.

O Centro de Tecnologia Educacional de Campina Grande, na Paraíba, sediará nos dias 7 a 9 de setembro o **II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos**, que reunirá 180 representantes de fóruns estaduais, filiados da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil e convidados para debater os conceitos de alfabetização e parceria, e avaliar estratégias de articulação intersetorial. Dentre os conferencistas e debatedores, encontram-se o consultor da UNESCO Jose Rivero, a pesquisadora Vera Masagão Ribeiro (de Ação Educativa), o diretor técnico do Serviço Social da Indústria Otto Euphrasio de Santana e os presidentes da União dos Dirigentes Municipais de Educação e da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, Neroaldo Pontes de Azevedo e Sérgio Haddad. A organização local do evento é do Fórum da Paraíba, com especial colaboração das Secretarias Municipais de Educação de Campina Grande e João Pessoa, da Universidade Federal da Paraíba e do SESI.

II ENEJA - Comissão Organizadora Local
Secretaria de Educação de Campina Grande
Fax: (83) 310-6159 - Fone (83) 310-6152
E-mail: secd@openline.com.br

Perto dali, no Centro de Convenções da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, a Articulação Pernambucana de Educação de

Jovens e Adultos realiza nos dias 8 a 10 o encontro "Ler a vida e escrever a história: chave para o 3º milênio". De tarde haverá oficinas pedagógicas e pelas manhãs plenárias de discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais, avaliação da gestão e perspectivas político-pedagógicas para a educação de jovens e adultos no Brasil.

Articulação Pernambucana pela Educação de Jovens e Adultos - Fone/fax: (81) 271-8322
E-mail: joaosouza@hotmail.com

A **Semana da Alfabetização** organizada pelo governo federal ocorre em São Paulo no Teatro de Cultura Artística e consiste em quatro eventos consecutivos. A parte mais interessante é o Seminário Internacional coordenado pela UNESCO nos dias 6 e 7, com a participação de Marc-Laurent Hazoumê, do Instituto de Educação de Hamburgo, e dos mexicanos Sylvia Schmelkes e Carlos Zarco Mera, cujas conferências serão seguidas por painéis de debates com professores universitários, dirigentes de ensino e intelectuais ligados a movimentos sociais e organizações não governamentais como Antenor Napolini, Celso Beisiegel, João Francisco de Souza, João Carlos Todorov, José Leão e Roseli Caldart, dentre outros. A Semana começa na tarde do dia 4, quando o Programa Alfabetização Solidária recebe empresários para um Seminário sobre Balanço Social; à noite, o Ministro Paulo Renato e a presidente do Conselho da Comunidade Solidária Ruth Cardoso realizam a solenidade de abertura da Semana. No dia 5 ocorre o Seminário Nacional que tem por expositores dirigentes e técnicos do Ministério da Educação. No dia 8 transcorre o Seminário Nacional do Programa Alfabetização Solidária.

Programa Alfabetização Solidária
Inscrições - fone 0800-610202 ramal 3827

Matrículas crescem no ensino médio e declinam nas 5ª a 8ª séries do fundamental

A Sinopse Estatística da Educação Básica, que reúne dados do Censo Escolar de 1990, revela que as matrículas na educação de jovens e adultos continuam crescendo em ritmo moderado e de forma desigual. Entre 1998 e 1999, as matrículas totais cresceram 6,6%, superando os 3 milhões de alunos. Quase dois terços das 190 mil novas vagas abertas para jovens e adultos estão no ensino médio, enquanto o segundo segmento do ensino fundamental perdia 2.986 mil alunos, devido à diminuição de matrículas nas redes estaduais de ensino. Observando-se o comportamento das matrículas em cada um dos estados, observa-se que o Piauí perdeu 30 mil matrículas e que Minas Gerais, Mato Grosso e Rio Grande do Sul diminuíram 20 mil matrículas cada nas 5ª a 8ª séries do en-

sino fundamental de jovens e adultos. É provável que essa drástica redução de matrículas deva-se à mudança de registro estatístico dos programas de ensino supletivo, que passaram a ser computados como classes de aceleração de estudos.

Universidade mineira certifica jovens e adultos no ensino médio

Foi em 7 de julho a formatura da primeira turma de ensino médio de jovens e adultos da Universidade Federal de Minas Gerais. O ex-Reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos, que em 1998 atendeu a reivindicação dos estudantes e assegurou a continuidade de estudos aos egressos do ensino fundamental de jovens e adultos, foi o paraninfo. Seu discurso ressaltou o compromisso da universidade com a educação de jovens e adultos, o que na UFMG ocorre desde 1986.

EDITORIAL

O que temos a comemorar?

O que nós, brasileiros, temos a comemorar no Dia Internacional da Alfabetização?

Não é difícil prever a resposta que as autoridades federais darão a essa pergunta. Na abertura da Semana de Alfabetização, é possível que o Ministro congratule-se pelo fato de que 95% das crianças e adolescentes estão na escola. A Primeira Dama poderá acrescentar que a Comunidade Solidária já alfabetizou 1 milhão e meio de brasileiros. É improvável que digam aos jornalistas que o país não cumpriu o compromisso assumido na Conferência Mundial de Educação para Todos de reduzir nesta década o analfabetismo a índices inferiores a 10%. Tampouco dirão que as avaliações do Programa Alfabetização Solidária revelam que apenas 20% dos inscritos chega a ler e escrever pequenos textos ao final do breve curso.

O IBGE divulgou recentemente os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1999, em que registrou-se um índice de analfabetismo de 13,3% na população de 15 anos ou mais de idade, com uma pequena variação em relação ao ano anterior, quando 13,8% dos jovens e adultos declaravam-se analfabetos. A média nacional continua a esconder as históricas disparidades entre as regiões, etnias e meios ur-

bano e rural. No campo, o índice de analfabetismo está em 29%, enquanto na cidade situa-se em 9,7%. No Nordeste, 26,6% das pessoas jovens e adultas são analfabetas, índice que se eleva a 41% nas zonas rurais. No outro extremo, a Região Sul, o analfabetismo médio é de 7,7%, caindo para 6,5% nas cidades e alcançando 12,5% no campo.

Não é um cenário para festas, mas um desafio e tanto para o debate de políticas públicas e de alternativas pedagógicas. O que há para comemorar neste 8 de setembro, portanto, é que a educação básica de jovens e adultos permaneça na agenda das questões sociais que merecem discussão pública, mesmo quando parcela dos intelectuais e governantes tentam confiná-la à marginalidade dos temas irrelevantes.

Os diferentes eventos que marcarão o Dia Internacional da Alfabetização e a presença do tema nos meios de comunicação são, ao lado do persistente crescimento das matrículas, sintomas de que a demanda social por educação de jovens e adultos mantém-se vigorosa, apesar da falta de incentivos das políticas educacionais em vigor. A aspiração da população pobre à democratização do conhecimento vai se mostrando mais forte que as políticas que insistem em ignorá-la.

Painel dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos

Ocorreu em 11/8 na Universidade de Cruz Alta mais um encontro do Fórum do **Rio Grande do Sul**, cujo tema foi a formação dos educadores. Após palestra da Profa. Adriana Maciel, foram debatidas as experiências da UNIJUI junto ao MST, da Delegacia de Educação de Cruz Alta na formação de alfabetizadores do MOVA, e do Programa Formação de Formadores à Distância do SESI. O tema da formação volta à pauta no próximo encontro, em 15/9 na Universidade La Salle, em Canoas, quando serão debatidos princípios norteadores da formação docente. Contatos com Luciana Cordeiro no e-mail lcordeir@sesirs.org.br ou fone (51) 347-8525.

O **Espírito Santo** realiza em 30/8, no Centro Pedagógico da UFES em Vitória, o I Fórum Estadual, com Prof. Jamil Cury debatendo as Diretrizes Curriculares Nacionais. Na ocasião deve confirmar-se a delegação capixaba ao II ENEJA. Antes, porém, em 24/8, o Fórum Regional Sul reúne-se no Auditório da FAFI em Cachoeiro do Itapemirim para refletir sobre as práticas da educação de jovens e adultos. Contatos pelo fone (27)35-7764.

Realizou-se em 9/8 no Campus II da UFPB em Campina Grande o 5º Encontro do Fórum da **Paraíba**, dedicado à avaliação e perspectivas futuras das experiências estaduais de parceria e articulação. O trabalho foi precedido de uma retrospectiva da educação de jovens e adultos realizada pelo Prof. José Barbosa da Silva. Também foram escolhidos os delegados que representarão o Fórum no II ENEJA. O 6º Encontro será realizado em 18/10 no Espaço Cultural (FUNESC), em João Pessoa. Marcará o aniversário do Fórum, será dedicado à discussão das conclusões do II ENEJA e ao planejamento das atividades no próximo ano. Contato: Timothy Ireland, fone (83)2167156.

O Fórum do **Rio de Janeiro** reuniu-se em 21/8 e abordou a formação de professores, a partir de exposições de Ana Paula Arbache (FunRei/MG) e Patrícia Corsino (PUC/RJ). Também foi indicada a delegação fluminense ao II ENEJA. Contatos na UNIRIO: e-mail forumejario@domain.com.br, Av. Pasteur 296, Urca, 22290240, fone/fax (21)275-6506.

O II Seminário de Educação de Jovens e Adultos promovido pelo Fórum de **São Paulo** e realizado na USP em 11 e 12/8 teve 600 participantes. Representantes de sindicatos, universidades, igrejas, organizações civis, empresários e movimentos participaram da solenidade de abertura, em que Gaudêncio Frigotto analisou a situação educacional e Jane Paiva avaliou a experiência do Fórum do Rio. Os participantes dividiram-se em dez mesas temáticas, cujas conclusões formaram o documento levado à plenária, em que foram indicados os representantes paulistas ao II ENEJA. A próxima reunião será em 16/9 na Câmara Municipal e vai abordar as propostas educacionais dos candidatos à Prefeitura da Capital. Contatos: e-mail cecir@sedes.org.br ou fone (11)3873-2314 ramal 23.

Realizou-se em 9/8 a primeira reunião do Fórum do **Nordeste Paulista**: 50 pessoas de 23 municípios decidiram promover em 20/10 a troca de experiências no Encontro Educador de Adultos em Ação, no campus da UNIP da R. Chile em Ribeirão Preto. Inscrições de comunicações serão aceitas até 20/9; a partir dessa data, as inscrições ficam abertas ao público. Contatos pelo fone (16) 610-9993.

Eleger a delegação de **Minas Gerais** ao II ENEJA e compartilhar uma experiência de educação de portadores de necessidades especiais foram os objetivos da reunião de 11/8 do Fórum mineiro. Contato pelo e-mail neja@tech.fae.fmg.br ou fone (31) 499-5319 .

O II Fórum de **Tocantins** foi adiado para 14 e 15/9, em Palmas. Jamil Cury profere palestra sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, e Maria Clara Di Pierro debate as políticas públicas. Contato: e-mail estatisticato@inep.gov.br ou fone (63)218-2223 com Iolanda.

O Seminário que iria constituir o Fórum de **Goiás** foi adiado mais uma vez, mas a agenda prevê em 27/10 uma discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais proposta pelas Universidades Federal e Católica de Goiás e pela Secretaria Municipal de Goiânia, na Faculdade de Educação da UFG. Contato: Margarida, e-mail mmm2@zaz.com.br ou fone (62)2641820.

Secretaria de educação gaúcha inova nos exames supletivos

Os novos dirigentes da educação do Rio Grande do Sul estão se tornando conhecidos pelo esforço que vêm realizando para superar o analfabetismo por meio do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, implementado em parceria com organizações da sociedade civil, prefeituras e universidades. A meta do MOVA/RS é alfabetizar, até 2002, cerca de 400 mil pessoas; já se encontram em funcionamento 4.350 turmas. Essa não é, entretanto, a única iniciativa ousada da Divisão de Educação de Jovens e Adultos, que resolveu encarar também a reformulação dos programas dos exames supletivos.

Há tempos que os exames oneram os cofres públicos sem cumprir adequadamente seus objetivos socioeducativos. Em 1999, a Secretaria de Educação recebeu cerca de 55 mil inscrições para os exames supletivos de ensino fundamental e quase 30 mil candidatos ao ensino médio. As abstenções oscilaram entre 40 e 60% e as taxas de reprovação alcançaram níveis astronômicos: no ensino fundamental foram reprovados 88% dos candidatos que compareceram aos exames de História; no nível médio, a reprovação atingiu 98% dos candidatos que realizaram as provas de Química. O melhor desem-

penho foi verificado nos exames de Ciências de ensino fundamental, em que 80% dos estudantes foram aprovados; no ensino médio, Geografia e História foram as disciplinas em que cerca de 36% dos candidatos tiveram êxito.

Para que os exames deixem de ser essa indústria do fracasso, a Secretaria de Educação coordenou uma equipe de 30 professores experientes que, após 35 reuniões de estudo e trabalho, reformulou a programação que serve de base às provas de cada uma das disciplinas. Os programas tomam por base um novo paradigma das ciências em que os saberes escolares articulam a construção de conceitos com a resolução de problemas cotidianos, e passaram a conter uma bibliografia básica que propicia a orientação de estudos e a preparação mais adequada dos candidatos.

A expectativa é de que, em novembro próximo, quando os exames supletivos forem realizados, os índices de abstenção diminuam, e que as dezenas de milhares de jovens e adultos inscritos em agosto se defrontem com provas capazes de avaliar conhecimentos relevantes e significativos.

Contato: Divisão de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, fones (51) 212-1688/2733.



ANOTE

- ✓ 30/8, Presidente Prudente: 2º Encontro de Educação do Oeste Paulista. Fone (18) 229-5388, e-mail paula@prudente.unesp.br.
- ✓ 5/9, Porto Alegre, 15h: Lançamento do Fórum Social Mundial, na Casa de Cultura Mário Quintana.
- ✓ 10-14/9, Camaragibe: Oficina sobre método Reflect de aprendizagem participativa. Informações com Elvira, fone (81) 423-2800.
- ✓ 15/9, Jundiaí: 3º Simpósio de Gestão Educacional. Contato: e-mail lage@obelix.unicamp.br ou fones (19)788-5596/56.
- ✓ 25-27/9, Caxambu: sessões do Grupo de Estudos de Educação de Pessoas Jovens e Adultas na 23ª Reunião Anual da ANPEd. Fone (21)234-5700.
- ✓ 9-11/10, São Paulo: I Congresso de Educação Católica. Contato na AEC, fone (11)3825-7126 ou e-mail aec-sp@aec-sp.org.br .



LEIA

Educação e exclusão na América Latina: reformas em tempos de globalização – Lançado pela Universidade Católica de Brasília, o novo livro do educador peruano Jose Rivero defende a tese de que, nas sociedades latino-americanas impactadas pela globalização econômica, a educação está reproduzindo e aprofundando as desigualdades sociais ao invés de reduzir a pobreza. O autor utiliza a multiplicidade de informações de que dispõe como consultor da UNESCO para traçar um perfil crítico das reformas educacionais no continente e analisar o potencial da educação de jovens e adultos contribuir para a redução da pobreza. A obra está à venda por R\$ 60 e pode ser solicitada à editora Universa pelo e-mail universa@ucb.br ou fone (61)356-3010.



Educação de jovens e adultos receberá R\$ 247 milhões em 2001

Encerrando as comemorações do Dia Internacional da Alfabetização, o Ministério da Educação anunciou o Programa de Apoio à Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental (PAEJA), que promete alocar recursos adicionais no Orçamento da União dos próximos anos para os estados e municípios com menores índices de desenvolvimento humano. O IDH é um indicador criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que combina três variáveis: esperança de vida ao nascer, nível educacional da população e Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*.

O montante de recursos federais atribuídos ao PAEJA em 2001 (R\$247 milhões) multiplica por oito o valor orçado este ano para o ensino de jovens e adultos (R\$31 milhões). O dinheiro provém do Tesouro e faz parte do Projeto de combate à pobreza denominado IDH 14 e rebatizado como Alvorada.

O novo Programa abrangerá os nove estados do Nordeste, cinco da Região Norte (Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e 125 municípios do Centro Oeste, Sul e Sudeste do país com IDH inferior a 0,5. Os demais estados e municípios ainda poderão pleitear recursos federais me-

diante apresentação de Planos de Trabalho Anuais (PTAs) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para o qual foram reservados R\$31,6 milhões. A Secretaria de Educação Fundamental (SEF) vai gerenciar R\$17,4 milhões. Os demais R\$ 198 mil serão creditados mensalmente pelo FNDE em conta única e específica e distribuídos aos estados (R\$182 milhões) e municípios (R\$16 milhões) proporcionalmente às matrículas no ensino presencial de jovens e adultos registradas no Censo Escolar de 1999. Por essa sistemática, sairão perdendo estados e municípios que, para beneficiar-se dos mecanismos redistributivos do FUNDEF, registraram as matrículas do ensino de jovens e adultos em classes de aceleração do ensino fundamental regular.

Para ingressar do PAEJA, estados e municípios terão que assinar um termo de adesão aos *Parâmetros em Ação*, programa de formação de educadores em serviço do MEC.

Um dos objetivos do Programa é apoiar a institucionalização da oferta de educação de jovens e adultos nas redes de ensino dos municípios em que atua o Programa Alfabetização Solidária, possibilitando aos egressos a continuidade de estudos.

II ENEJA realiza-se com êxito e propõe articulação nacional

Fazendo juz à fama da cidade, terminou em forró o II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado de 7 a 9 de setembro no Centro de Tecnologia Educacional de Campina Grande. Participaram 112 pessoas de 17 estados representando secretarias municipais e estaduais de educação, organismos do sistema S, universidades, organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais. O consultor da UNESCO, Dr. Jose Rivero, foi um dos conferencistas convidados que não poupou elogios à calorosa e eficiente acolhida proporcionada pela

equipe do Secretário Municipal de Educação Harrison Targino.

No II ENEJA, os trabalhos em grupos foram precedidos por painéis sobre o conceito de alfabetização, parcerias e articulações intersetoriais, dinâmica que assegurou a ampla participação dos presentes na elaboração do documento final (continua na p.2).

Veja Relatório Síntese do II ENEJA em encarte neste número de Informação em Rede.

Nas conferências e debates, prevaleceu um conceito ampliado de alfabetização e educação continuada ao longo da vida, bem como a defesa de um modelo horizontal e transparente de parceria que não subtrai ao Estado a responsabilidade pela oferta de ensino básico aos jovens e adultos.

O plenário final do II ENEJA encarregou uma comissão formada por representantes do Fórum da Paraíba (Timothy Ireland), da Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil – RAAAB (Moacir Gadotti) e do Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe – CEAAL (Maria Clara Di Pierro) por manter contatos com a UNESCO, o CONSED e a UNDIME e, ao lado de representantes dos demais fóruns estaduais de educação de jovens e adultos, restabelecer diálogo com o MEC, levando ao conhecimento do Ministro as moções e propostas aprovadas no evento.

EDITORIAL

Um passo adiante

No dia 6 de setembro, a Secretária de Educação Fundamental anunciou aos participantes da Semana da Alfabetização a criação do programa que apoiará financeiramente estados e municípios pobres no desenvolvimento da educação de jovens e adultos, afirmando que a política federal para o setor ficará “*menos esquizofrênica*”. Dirigindo-se a um público ligado ao Programa Alfabetização Solidária, Iara Prado admitia implicitamente que até então a política federal de educação de jovens e adultos não criara condições adequadas para que estados e municípios assegurassem a continuidade de estudos dos jovens e adultos egressos dos projetos de alfabetização inicial.

Após meia década de reivindicações das organizações civis, dos estados e dos municípios, finalmente o governo federal cede às pressões e dá um passo à frente, criando um fundo para a educação fundamental de jovens e adultos. Os recursos que o governo federal promete destinar ao setor em 2001 devem permitir que, após um longo período sem investimentos relevantes, sejam implementadas políticas de ampliação do atendimento, capacitação de educadores e melhoria da qualidade do ensino em estados do Norte e Nordeste. Comparados aos valores atribuídos à educação de pessoas jovens e adultas nos orçamentos federais dos últimos quinze anos, o aporte de R\$ 247 milhões é expressivo.

Ação Educativa recebe Prêmio UNESCO

O Prêmio UNESCO foi entregue em Brasília no dia 13 de setembro às pessoas e organizações que se destacaram nos respectivos campos de atuação. Na categoria Educação foram premiados Ação Educativa e o FUNDEF. Os prêmios de Cultura foram entregues ao artista plástico e autor de cordel J. Borges e à Mostra do Redescobrimento; em Ciência e Meio Ambiente, foram agraciados o geógrafo Milton Santos e a Fundação Ecotrópica; na categoria Direitos Humanos e Cultura de Paz, os prêmios foram concedidos a Zilda Arns, da Pastoral da Criança, e Orlando Villas Boas; Viviane Senna e o Grupo Cultural Afro Reggae foram escolhidos pela atuação com Juventude e Cidadania; na categoria Comunicação e Ética, os ganhadores foram a Associação Brasileira de Imprensa e a Rádio CBN.

O mecanismo automático de transferência mensal de recursos da União aos governos subnacionais em conta específica deve significar uma possibilidade de planejamento inédita para quem vivia dependendo dos exóticos cronogramas de desembolso praticados pelo Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação.

É bem verdade que o fundo está longe de atender às demandas de estados, municípios e organizações civis que pregam a derrubada do veto presidencial à lei que regulamentou o FUNDEF e reivindicam uma ampliação da participação federal em uma sistemática articulada de financiamento para a educação básica em seu conjunto. A medida sequer tangencia a solução do problema dos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste, onde se concentram os maiores contingentes de jovens e adultos com pouca escolaridade excluídos do mercado de trabalho. Tampouco configura uma política de Estado com horizonte de médio e longo prazos, pois é uma decisão política de governo que pode ser revertida a qualquer momento. Mas já é uma conquista, que só foi obtida graças ao exercício da crítica independente, à organização e mobilização de todos aqueles que vêm na educação continuada de jovens e adultos um dos caminhos para promover a participação cidadã e perseguir maior justiça social. Para que outros passos sejam dados, é preciso continuar pressionando.

Pesquisadores reúnem-se em Minas Gerais

A estância mineira de Caxambu acolheu na última semana de setembro a 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Coordenado pelo Prof. Leôncio Gomes Soares, da UFMG, o Grupo de Trabalho sobre Educação de Pessoas Jovens e Adultas reuniu dezenas de professores e estudantes de pós graduação de todo o país para apresentações de onze trabalhos e comunicações de pesquisa, cinco pôsteres e um mini-curso sobre metodologia da pesquisa qualitativa ministrado pela pesquisadora paulista Maria Malta Campos. Em sessões conjuntas com outros grupos de trabalho, dois painéis reuniram Miguel Arroyo, Magda Becker Soares, Roseli Caldart e Vera Ribeiro para tratar das concepções e políticas de alfabetização e das relações entre a educação de jovens e adultos e os movimentos sociais. Os textos podem ser consultados no endereço

www.anped.org.br e também foram reunidos em CD Rom disponível na Secretaria da ANPEd, fone/fax (21) 234-5700.

Encontro cria Articulação Pernambucana

O II Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Pernambuco, realizado em Recife de 8 a 10 de setembro, reuniu 350 educadores de 31 municípios do estado. O evento foi aberto pelo Secretário de Educação do Estado, Éfrem Aguiar, teve oficinas pedagógicas, conferências e um plenário que aprovou uma carta compromisso e constituiu um fórum denominado Articulação Pernambucana pela Educação de Jovens e Adultos, que reúne as secretarias municipais de educação de Recife, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe e Vicência, o Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas, o Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, com apoio das seções locais da UNDIME e da UNESCO.



RADAR

CEAAL elege brasileiro - Pedro Pontual foi eleito Presidente do Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe na V Assembléia realizada no Panamá de 31/8 a 2/9, da qual participaram 85 centros de educação popular de 19 países. Carlos Zarco, do México, foi reeleito Secretário Geral, a equatoriana Cecilia Amaluisa assumiu a tesouraria e a cubana Lidia González o cargo de fiscal. A assembléia decidiu que o CEAAL deve construir-se como um sistema descentralizado de aprendizagem dos educadores populares, fomentando a participação cidadã e a incidência da sociedade civil nas políticas públicas.

Ministros avaliarão Projeto Principal - A 7ª reunião do Comitê Regional Inter-governamental do Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe (PROMEDLAC VII) será realizada em Cochabamba, na Bolívia, de 30/10 a 1º/11. Os ministros de educação devem aproveitar a ocasião para coordenar ações dos governos e organismos internacionais com vistas às metas fixadas no Fórum Mundial de Dakar.

ONGs discutem continuidade de Dakar - Reuniu-se no Rio de Janeiro em 18 e 19/9 uma articulação de organizações não governamentais de oito países (Bolívia, Brasil, Chile, El Salvador, Guatemala, México, Peru e Uruguai) que compartilham o objetivo de fortalecer a incidência da sociedade civil nas políticas públicas, com vistas a uma educação de qualidade para a população latino-americana. A articulação quer influir nas políticas educativas dos países da região, tendo como referência as metas fixadas no Fórum Mundial de Dakar. Mais informação pode ser obtida no e-mail ceaal@laneta.apc.org do CEAAL.

CREFAL realiza cursos em Pátzcuaro - O Centro de Cooperación Regional para la Educación de Adultos en América Latina y el Caribe, com sede no México, está oferecendo uma série de cursos intensivos, como o que Judith Kalman e Mercedes de Agüero ministram em 16 a 20 de outubro sobre Pesquisa Qualitativa em Educação de Jovens e Adultos. O site www.crefal.edu.mx tem a programação e preços dos cursos do semestre.

Jovens do Recife participam de projeto cultural

Em busca de explicação para os elevados índices de evasão registrados na educação de jovens e adultos, a Secretaria Municipal de Educação do Recife realizou, em meados dos anos 90, uma pesquisa que traçou um detalhado perfil dos educandos. A análise dos resultados destacou o predomínio de jovens com menos de 20 anos e as limitadas oportunidades de acesso ao lazer e bens culturais. Desde então, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos vem incentivando a incorporação ao currículo de conteúdos e oportunidades de expressão cultural, fruição e criação artística. Uma das iniciativas voltadas a esse objetivo foi a implantação, em 1998, do Projeto Brigada Cultural Paulo Freire, que oferece semanalmente em 13 escolas da rede municipal oficinas culturais ministradas por estudantes universitários e artistas populares reconhecidos.

As oficinas de teatro, dança, teatro de bonecos, musicalização, confecção de instrumentos de percussão, canto, literatura de cordel, desenho e pintura, grafite, *hip hop*, capoeira (com seus ritmos: maculelê, afoxé, samba de roda) foram sugeridas pelos próprios educandos, que as frequentam como atividades extra-classe em horário complementar às aulas. Com recursos obtidos junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o município fornece todo o material necessário às oficinas.

A equipe pedagógica avalia que a experiência já produziu bons resultados, elevando a autoestima dos educandos, reduzindo a evasão escolar e gerando novas possibilidades de abordagem dos conteúdos curriculares.

Contato: Tereza Jacinta, Áurea Bezerra ou Givaldo Tenório, do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da SME do Recife, fones (81) 301-1432 e 301-1433.



LEIA

Nunca é tarde, nunca é demais: orientação sexual na educação é um manual que não se propõe dar receitas e sim pistas para educadores/as de adolescentes, jovens ou adultos sintonizados/as com seu tempo. Traz informações e sugestões de atividades que podem integrar-se às demais disciplinas do ensino fundamental, abrangendo desde a história da sexualidade no mundo ocidental até os valores transmitidos pela propaganda, propiciando uma abordagem comunicativa e comprometida com uma educação não discriminatória. Elaborado pela Rede de Desenvolvimento Humano em parceria com o MEC, pode ser solicitado pelo e-mail redelh@redelh.org.br ou fone (21) 262-1704.

Alfabetização: construir o futuro, do pesquisador norte-americano Daniel Wagner, foi elaborado em 1990, após a Conferência Mundial de Educação para Todos, e revisto em 1997, às vésperas da V CONFINTEA. É um livro sobre políticas de alfabetização que também incursiona nos terrenos da psicologia e da cultura para discutir distintos conceitos de alfabetismo. A co-edição brasileira da UNESCO e SESI tem distribuição gratuita. Pedidos pelos fones do SESI (61)317-9000 ou da UNESCO (61) 321-3525.



ANOTE

20/10, Ribeirão Preto: Encontro "Educador de adultos em ação" no campus da UNIP da Rua Chile. Informações fone (16) 610-9993.

27/10, Goiânia: Diretrizes Curriculares Nacionais em debate na Faculdade de Educação da UFGO. Informações fone (62) 264-1820.

Agenda dos Fóruns

5/10, II Fórum de Santa Catarina, no Centro de Convenções do Sistema FIESC, Rod. Admar Gonzaga 2765, Itacorubi, Florianópolis. Em pauta a minuta do Plano Estadual de Educação de Jovens e Adultos. Contato: itamara@sesisc.org.br ou (48) 3023-0139.

16/10, às 14 h, na UNIRIO, o Fórum do Rio de Janeiro discute métodos de alfabetização. Contato: e-mail forumejario@domain.com.br, fone (21) 275-6506.

20/10, das 9 às 16:30h, o Fórum do Rio Grande do Sul discute formação de formadores, na FIERGS/SESI, Av. Assis Brasil 8787, Porto Alegre. Contato: e-mail lcordeir@sesirs.org.br, fone (51)347-8525.

21/10, das 9 às 14h na Câmara Municipal da Capital, o Fórum de São Paulo discute educação à distância. Contato: e-mail cecir@sedes.org.br, fone (11)3873-2314 ramal 23.

27/10, às 14h no auditório da SME de Belo Horizonte, o Fórum de Minas Gerais discute financiamento da educação de adultos. Contato: neja@fae.ufmg.br, fone (31) 499-5319.

Informação em Rede é uma publicação de **Ação Educativa** – Assessoria, Pesquisa e Informação.

Rua General Jardim, 660 CEP 01223-010 São Paulo-SP Brasil – Fone / Fax: (11) 3151-2333

E-mail: acaoeduca@acaoeducativa.org – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>

Relatório-síntese do II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos - II ENEJA

Centro de Tecnologia Educacional – Campina Grande – PB
07 a 09 de setembro de 2000

REALIZAÇÃO:

Secretaria Municipal de Educação de Campina Grande, Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora no Brasil e Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba

APOIO:

SESI, SESC, CEAAL, UNDIME, UFPB, UEPB, UNIPE, SEEPB, SEC de João Pessoa

Esta síntese preliminar do relatório do II ENEJA está estruturada em quatro partes: inicialmente trata do contexto em que o Encontro se realizou, abordando, a seguir, os conceitos de educação de jovens e adultos, parcerias e estratégias de articulação; por fim, expõe os encaminhamentos e moções aprovados em plenária⁽¹⁾.

I. Contexto

O II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos realizado de 7 a 9 de setembro em Campina Grande (PB) significa um esforço de organização nacional e configura um espaço público de debates em torno das questões desse campo educativo. Dele participaram 109 pessoas indicadas pelos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, RAAAB, SESC, SESI, UNDIME e CONSED. Sua realização é parte do processo de mobilização de um conjunto de agentes das esferas governamental e não governamental (muitos dos quais encontram-se aglutinados em torno aos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos organizados em 8 estados brasileiros) engajados em atividades de acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Ministério da Educação em reuniões internacionais realizadas a partir de 1990, quando teve lugar em Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos.

Ao longo dessa década teve especial relevância o processo de mobilização preparatório à V Conferência Internacional de Educação de Adultos (Hamburgo, Alemanha: 1997), quando uma série de encontros municipais, estaduais e regionais convergiram para um Encontro Nacional realizado em Natal (RN) em setembro de 1996. Uma característica comum a estes encontros foi o reconhecimento da diversidade de experiências e

atores que intervêm na educação de jovens e adultos no Brasil, bem como a necessidade de sua participação na construção de políticas públicas nacionais.

Na Conferência de Hamburgo, o Brasil assinou diversos compromissos públicos, dentre os quais o de participar da estratégia regional de seguimento das políticas nacionais, coordenada pela UNESCO. Foi no âmbito dessa estratégia que em outubro de 1998 realizou-se um seminário nacional em Curitiba, preparatório à reunião sub-regional dos países do Mercosul e Chile, que ocorreu em Montevidéu em novembro do mesmo ano. Nas reuniões de Curitiba e Montevidéu ficou indicada a necessidade de promoção periódica de encontros nacionais de educação de jovens e adultos, tradição essa inaugurada em setembro de 1999 com a realização do I ENEJA no Rio de Janeiro, cujo tema foi a construção de uma política articulada entre os diferentes segmentos governamentais e não governamentais.

O II ENEJA é, portanto, um desdobramento deste processo, e pretendeu dar continuidade ao debate iniciado no Encontro do Rio acerca da ampliação e melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil. Como objetivos específicos, o II ENEJA se propôs colocar em discussão os conceitos de alfabetização e parceria que informam diferentes projetos de educação de pessoas jovens e adultas em curso no país, além de articular os diversos fóruns estaduais e regionais dedicados ao tema.

II. Conceitos de Educação de Jovens e Adultos

O II ENEJA teve um caráter eminentemente pedagógico, buscou aprofundar conceitos relacionados à educa-

¹ A equipe de relatoria foi constituída por: Alexandre Aguiar (SAPÉ); Domingos B. Nobre (CEDAC); Eliane D. Furtado (UFCE); Jane Paiva (UERJ); José Barbosa da Silva (UFPB); Leôncio J. Gomes Soares (UFMG); Maria Aparecida Zanetti (UFPR); Sandro Soares de Souza (UERN); Silvia Tavares (Ação Educativa).

ção de pessoas jovens e adultas e analisar criticamente as parcerias realizadas nesta área, além de delinear estratégias de articulação nacional e internacional.

A discussão tomou como ponto de partida o conceito de alfabetismo (ou letramento), em suas duas dimensões: a dimensão individual, que compreende os aspectos relativos ao processo de apropriação da base alfabética da língua escrita; e outra sociocultural, que se refere às possibilidades e variedades de uso da leitura e da escrita na vida social. Os estudos e pesquisas que tomam por base este conceito mostram ser necessário um tempo relativamente longo, de aproximadamente quatro anos de escolaridade, para que os sujeitos se apropriem efetivamente da leitura e da escrita e dela façam uso social.

O conceito de alfabetismo foi abordado frente a três aspectos: políticas, práticas e pesquisa.

Destacou-se que a educação de jovens e adultos tem sido, ao longo da história, um campo politizado, pois remete a processos de exclusão cuja reversão tem fortes implicações sociopolíticas. Mesmo que não se possa estabelecer uma relação direta e uniforme entre esses elementos, há diversos estudos que relacionam a alfabetização e escolarização adquirida na idade adulta a outros fatores de desenvolvimento humano, como a eficiência no ambiente de trabalho, a redução de índices de natalidade e de mortalidade infantil, melhoria dos níveis de nutrição e rendimento escolar das crianças cujos pais receberam maior educação.

Utilizou-se das seguintes categorias para analisar os modelos existentes de intervenção em políticas públicas: campanhas, programas e projetos. As campanhas caracterizam-se por ser uma intervenção massiva, intensa, de curta duração, com metas estabelecidas e fortes componentes de mobilização; os programas são intervenções mais institucionalizadas, de longo prazo; e os projetos uma atuação mais pontual, voltada a atender um grupo social específico. Considerando a história da educação de jovens e adultos no Brasil e seus resultados, qualquer política pública para este segmento deve realizar-se por meio de programas sistêmicos, educação continuada.

Com relação às práticas educativas, constata-se uma mudança de foco: a ênfase desloca-se do código para a busca do sentido em situações significativas; programas mais alongados, com mudanças curriculares; maior exigência de qualidade, formação e profissionalização dos educadores, melhores materiais e equipamentos.

No plano da pesquisa educacional também se observam mudanças que apontam para uma maior diversifi-

cação temática. Ainda há necessidade de sistematização de experiências e investigação, sendo esta uma forma de apreender os sentidos que a área vem reconstruindo em suas práticas, porque são estas, em última instância, que modificam os conceitos vigentes.

Como explicar o fato de que o avanço na produção do conhecimento ao longo destas últimas décadas não repercute nas políticas públicas modificando estruturas arcaicas e viciadas de organização do ensino com jovens e adultos no sistema educacional? Essa é, ainda, uma questão sem resposta.

Quanto às políticas do MEC, prevaleceu a análise de que a prioridade para o ensino fundamental de crianças e adolescentes esconde a falta de compromisso do governo federal com a educação de jovens e adultos, que desrespeita o direito constitucional da população e negligencia o dever do Estado de ofertar ensino fundamental para todos, independentemente de idade. Ao contrário das políticas de curto prazo que estão sendo promovidas, há que se aprofundar a compreensão e os sentidos de educação continuada de jovens e adultos ao longo da vida. Quanto aos demais atores envolvidos nas políticas de educação de jovens e adultos, observou-se que as secretarias municipais de educação são os agentes privilegiados na coordenação das ações em nível local.

Observa-se um atraso histórico frente ao desafio proposto em 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação de que a formação de professores se dê, até meados da próxima década, no nível de ensino superior. As universidades públicas ainda não ofereceram resposta satisfatória às necessidades de formação de educadores das redes públicas de ensino, que precisam ter sua formação inicial ampliada. Por outro lado, algumas universidades privadas estão ocupando o espaço da formação com cursos de curta duração de qualidade discutível.

III. Parcerias e estratégias de articulação

Tomando por referência o Marco de Ação de Dakar¹, o consultor da UNESCO Jose Rivero destacou os seguintes tópicos:

- ✓ Não basta proclamar a participação, mas é preciso delimitar tempo e espaço para facilitá-la, a partir do âmbito local;
- ✓ É necessário pensar novas estratégias para a educação de jovens e adultos que permitam sua articulação com diferentes instâncias;
- ✓ É necessário sensibilizar todos os grupos da

¹ O Marco de Ação de Dakar foi publicado em encarte no Informativo em Rede n. 26, de maio de 2000.

sociedade civil para a importância do atendimento educativo a esta população;

- ✓ As redes de articulação assumem importante papel de intercâmbio e sistematização de práticas;
- ✓ É estratégica a criação de um Fórum Regional Latino-americano e Caribenho para discutir a educação de jovens e adultos.

Na história recente do Brasil, as estratégias de mobilização e articulação com vistas à educação de jovens e adultos foram direcionadas, nos anos 85 a 90, para o plano jurídico, e nos anos 90 para as políticas públicas. Hoje, tais articulações são intersetoriais, descentralizadas e horizontais.

O debate sobre a participação na formulação e avaliação das políticas públicas de educação básica assinalou que a relação das organizações da sociedade civil e movimentos sociais com o Estado brasileiro é contraditória. Políticas públicas conservadoras podem ser modificadas pela pressão da sociedade civil organizada. Exemplos de mecanismos de participação democrática nas políticas sociais públicas são os conselhos de gestão, comissões paritárias e projetos em parceria.

Alguns desafios estão postos aos fóruns estaduais, enquanto espaços de participação e articulação:

- a) constituir-se em interlocutores reconhecidos nas instâncias decisórias, assumindo papel propositivo na definição de políticas públicas;
- b) exercitar o convívio e o diálogo na diversidade, expressando a pluralidade de concepções e formas de atuação dos seus integrantes;
- c) criar condições e meios para uma maior articulação nacional entre os diversos fóruns;
- d) criar instrumentos de pressão política, que influenciem nas políticas públicas de educação de jovens e adultos nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Quanto às parcerias entre organismos governamentais e não governamentais na promoção da educação de jovens e adultos, há que se definir e assumir com clareza critérios para sua publicização: horizontalidade entre os parceiros na fases de concepção, desenvolvimento e avaliação dos projetos; equidade na representação dos parceiros nas instâncias gestoras; transparência, probidade e economicidade na gestão dos recursos.

Não obstante a legitimidade de reivindicação de espaços de participação direta da sociedade civil na mobilização social, no desenho e na avaliação de políticas públicas de educação básica, reafirma-se que o setor público é o único detentor de institucionalidade

suficiente para universalizar o acesso à educação, capaz de mobilizar recursos para implantar políticas públicas permanentes.

O Estado não tem assumido o papel que lhe cabe na implantação de políticas públicas universais, transferindo para a sociedade civil obrigações constitucionais que deve cumprir. Enquanto o analfabeto for considerado passível de “adoção” e o analfabetismo uma “mancha a ser apagada”, estaremos longe de um desenho de política conseqüente de educação de jovens e adultos, já que estes termos denotam preconceitos e remetem a estratégias de campanha e políticas compensatórias. Ainda que seja necessário atender à demanda que não encontra espaço no sistema escolar, deve-se fazê-lo sempre na perspectiva de construção de políticas públicas permanentes.

O papel dos movimentos sociais e das organizações civis na educação de jovens e adultos é sobretudo aquele de valorizar a cultura, pautando os temas que dizem respeito à diversidade de sujeitos do processo educativo, com relação aos quais têm produzido materiais pedagógicos e sistematizado experiências que precisam ter continuidade. Nesse sentido, seu trabalho direto deve contar com apoio técnico adequado para que possam assumir e levar a cabo suas capacidades.

Ainda com relação ao tema das parcerias, os debates em grupo alertaram para a recorrência de casos em que, mesmo quando o projeto inicial de parceria aponta para a possibilidade de institucionalização das iniciativas ou para garantia de ingresso dos egressos das classes de alfabetização no ensino fundamental, ocorrem fatos que desestruturam ou descontinuam os projetos, como cortes de verbas e até quebra de contrato entre as instituições parceiras.

IV- Encaminhamentos e moções da plenária

Na plenária final do Encontro foram aprovadas propostas de encaminhamento debatidas e apresentadas pelos grupos de trabalho e sintetizadas pela equipe de relatoria. São elas:

- ✓ Encaminhar ao governo federal, ao Programa Alfabetização Solidária, ao PRONERA, aos reitores de universidades e ao CRUB uma moção de repúdio a certos encaminhamentos recentes de parcerias na educação de jovens e adultos;
- ✓ Participar dos espaços de articulação, organização e formulação de políticas de educação de jovens e adultos, tais como Fóruns, comissões estaduais e municipais;
- ✓ Dar providências imediatas para implantação de novos Fóruns;

- ✓ Sistematizar e circular as informações entre os fóruns, publicando um documento sobre sua história e funcionamento;
- ✓ Estabelecer uma rede de articulação para realização de pesquisas que resgatem a história e ações de educação de jovens e adultos nos estados onde já existem Fóruns;
- ✓ Investir no campo da pesquisa e diagnóstico tendo em vista a organização de um “banco de dados”, observando as questões relativas a gênero, raça e etnia, na perspectiva de qualificar as intervenções no campo das políticas públicas em educação de jovens e adultos;
- ✓ Dar atenção à diversidade cultural, étnica e de gênero na educação de jovens e adultos, nas discussões dos Fóruns e outras instâncias;
- ✓ Criar, nas Universidades, espaços de articulação e sistematização de experiências, a fim de contribuir na discussão e formulação de políticas públicas, bem como na formação e capacitação dos educadores;
- ✓ Que as organizações não governamentais, sindicatos e movimentos que desenvolvem projetos de educação de jovens e adultos articulem a ação pedagógica com a ação política, visando incidir nas políticas públicas educacionais;
- ✓ Lutar pelo financiamento federal para o desenvolvimento de políticas educacionais de educação de jovens e adultos;
- ✓ Enfatizar a compreensão de que a educação de jovens e adultos não se restringe ao período de alfabetização, mas que se constitui em um direito e, portanto, deve se dar ao longo da vida;
- ✓ Incluir na discussão de políticas públicas as demandas do portador de necessidades especiais nos programas de atendimento da educação de jovens e adultos.
- ✓ Integrar à educação de jovens e adultos atendimento médico e psicológico, nos casos em que houver demanda, visando garantir melhor desempenho dos alunos.

Foram feitas propostas tendo em vista a realização do III ENEJA:

- ✓ Que aborde o tema *Educação de Jovens e Adultos como Direito Fundamental: A Quem Cabe Cumprir*, contemplando também os temas da diversidade geracional dos jovens e adultos e da articulação dos fóruns.
- ✓ Que aconteça preferencialmente em um dos estados que já têm Fórum constituído e que inclua a participação ativa dos educandos, dos movimentos populares e dos educadores nas atividades programadas, assegurando-se espaços para a socialização de experiências;
- ✓ Que se intensifiquem as ações junto às instâncias

federais a fim de garantir a participação dos atores que vêm sendo responsáveis pela atual política de educação de jovens e adultos, como o MEC e o Ministério do Trabalho;

- ✓ Que cada Fórum busque organizar eventos até o final do 1º semestre de 2001, abordando a(s) temática(s) definida(s) para o III ENEJA, visando articular os educadores e preparar o Encontro.

O plenário indicou uma comissão de articulação composta por: Timothy Ireland, do Fórum da Paraíba, Moacir Gadotti, da RAAAB e Maria Clara Di Pierro, do CEAAL, com a incumbência de agendar em conjunto com o CONSED, a UNDIME e representante dos fóruns já constituídos, uma audiência com o Ministro da Educação, levando o documento final do II ENEJA e uma carta propositiva contemplando as questões e os encaminhamentos já recomendados para a educação de jovens e adultos, tais como: a) definição de uma política pública nacional; b) legitimidade dos Fóruns como interlocutores; c) (re)criação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos; d) planejamento estratégico (com recursos alocados) para atender à demanda no marco dos 15 anos da Conferência de Dakar.

Síntese da moção dos participantes do II ENEJA

Os participantes do II ENEJA – educadores e representantes de organizações não governamentais, universidades, movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais de educação dos diversos estados brasileiros, organismos do “sistema S” e sindicatos – manifestam a sua indignação com a recusa do governo federal, através do MEC, em implementar uma política educacional que contemple efetivamente a educação de jovens e adultos como uma modalidade da educação básica.

A atual política governamental no atendimento à educação de jovens e adultos encontra-se dispersa em órgãos como o Ministério do Trabalho, o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA, o Ministério da Educação e se realiza em programas de cunho compensatório e projetos com caráter de campanha – a exemplo da Alfabetização Solidária e do PRONERA – que não atendem às demandas sociais, geram descontinuidade e repercutem negativamente no trabalho pedagógico.

Neste sentido, reafirmamos a necessidade da construção conjunta entre governo e sociedade civil, de políticas públicas que viabilizem uma educação de jovens e adultos de qualidade, reconhecida como direito e de acesso universal.



Persistem as desigualdades educacionais entre negros e brancos

Em 20 de novembro, quando se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra, a reflexão sobre a desigualdade educacional entre negros e brancos no país merece destaque. O tema ganha relevância com a proximidade da Cúpula Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Outras Formas de Intolerância, convocada pela Nações Unidas para setembro de 2001 na África do Sul.

No Brasil, os pretos e pardos têm em média dois anos menos de escolaridade que os brancos. A taxa de analfabetismo da população jovem e adulta, que em 1997 era de 14,7%, escondia enormes disparidades: 9% dos brancos desse grupo etário eram analfabetos, enquanto entre os pretos e pardos o índice era de 22,2%. O contingente de analfabetos afro-descendentes com 10 anos ou mais superava 10 milhões de pessoas em 1998, representando 67% do total nacional; em todos os estados o percentual de afro-descendentes no total de analfabetos superava a participação dos negros na população. Para piorar este quadro, os negros compõem menos de 1% dos universitários brasileiros. Esta realidade é fruto do trabalho precoce, do ingresso tardio na escola, da reprovação e de expectativas negativas de aprendizagem, que levam ao insucesso e ao atraso escolar das crianças e jovens negros.

As políticas governamentais incorporaram aos parâmetros curriculares nacionais um discurso

inclusivo e passaram a combater o preconceito nos livros didáticos. Já o movimento negro propõe um esforço mais amplo e sistemático de formação dos educadores do ensino básico para o convívio multicultural, a incorporação das africanidades brasileiras aos currículos e o combate ao preconceito nas relações sociais mediadas pela escola.

Iniciativas que experimentam as propostas do movimento negro estão sendo vivenciadas em diversas partes do país. O Centro de Educação e Cultura Popular cria materiais pedagógicos e desenvolve projetos na periferia de Salvador e municípios do interior baiano. As educadoras são moradoras das próprias comunidades que têm o compromisso de educar através de elementos da cultura afro-brasileira. A Escola Aberta Calabar é outra iniciativa na Bahia que possui amplo espectro de atuação, envolvendo os alunos com arte, música, esportes e educação anti-drogas. Em São Paulo, o Núcleo de Consciência Negra da USP está ministrando, há três anos, um curso de alfabetização e pós alfabetização que atende os trabalhadores terceirizados da universidade e a comunidade negra residente nas imediações do campus. O aprendizado introduz a temática racial com textos, debates, palestras e música, promovendo a auto-estima dos estudantes. Os egressos do programa continuam freqüentando o Núcleo para participar de palestras e manifestações.

Têm início atividades do Centro de Juventude e Educação Continuada

Ação Educativa inaugura em novembro um espaço público voltado à formação de educadores, à articulação de grupos juvenis e à educação de jovens e adultos. O Centro de Juventude e Educação Continuada possui salas de aula, biblioteca, auditório e área de convivência. Reunindo iniciativas de diversas organizações sociais, a programação experimental (disponível no site

www.acaoeducativa.org) compreende ciclos de debates, oficinas pedagógicas e culturais, lançamento de publicações, exposição de fotos e espetáculo musical. Informações com Eleilson ou Rodrigo no fone (11) 3151-2333.

Leia em encarte nesta edição o Chamado à Ação do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas.

Quanto ganha um educador de adultos

Por ocasião do Dia do Professor, *Informação em Rede* realizou uma pesquisa rápida sobre as condições de remuneração dos educadores de jovens e adultos em programas públicos e não governamentais de todo país. Das dezenas de instituições consultadas, apenas seis responderam ao questionário, resultado que não permite qualquer conclusão ou generalização. Segundo as poucas respostas obtidas, a maior parte dos alfabetizadores são monitores ou estagiários que percebem entre R\$ 170 e 190. A menor remuneração mensal informada foi de R\$ 100 para uma jornada de 20h semanais, paga a título de ajuda de custo a monitores de projetos de alfabetização conveniados a organizações sociais. O maior salário mensal registrado para professores do primeiro segmento do ensino fundamental em final de carreira na rede pública foi de R\$ 1.184,21 para a mesma jornada de 20h.

Adolescentes voltam ao trabalho

As entidades que participaram em Salvador do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil denunciaram que os adolescentes estão voltando ao trabalho sem concluir o ensino fundamental. O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente comentou que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil cobre apenas a faixa etária de 7 a 14 anos; assim que completam 15 anos e param de receber o auxílio, os adolescentes têm que deixar a escola e voltar ao trabalho. Estima-se que pelo menos 26 mil adolescentes estão voltando neste final de ano aos canaviais, lavouras de sisal ou às carvoarias na Bahia, em Pernambuco, no Mato Grosso do Sul e Paraná. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura propõe que os jovens permaneçam no programa até os 17 anos ou até concluir o ensino fundamental.

EDITORIAL

Para que serve avaliar políticas educacionais?

No final de outubro, o jornal *Folha de São Paulo* foi palco de um instigante debate sobre políticas de alfabetização de jovens e adultos. Uma extensa matéria da edição dominical do dia 22 referendou a manchete anunciando que 75% dos inscritos no Programa Alfabetização Solidária (PAS) concluem os cinco meses de curso sem saber ler ou escrever pequenos textos, aprendendo a decodificar apenas letras, sílabas ou palavras descontextualizadas. A reportagem visitou municípios atendidos pelo Programa em Alagoas, entrevistou sua coordenadora executiva, dirigentes, pesquisadores, agentes locais, educadores, educandos e concluiu que o PAS é mais caro que iniciativas similares, tem duração insuficiente para garantir até mesmo uma alfabetização inicial e não assegura aos educandos a continuidade de estudos.

Em resposta à reportagem, o próprio Ministro da Educação assinou artigo publicado na coluna de opinião do dia 31, em que qualifica o Alfabetização Solidária como um sucesso. Ponderando que a alfabetização é um processo e considerando as precárias condições socioeducativas das comunidades atendidas, o Ministro afirma que os resultados apresentados pelo Programa ao fi-

nal de um semestre devem ser comemorados, e não criticados. Argumenta que os custos e desempenho do PAS só seriam comparáveis a iniciativas de escala similar, como foram o Mobral e a Fundação Educar que, por falta de adequada avaliação, não oferecem parâmetros de comparação. Paulo Renato Souza regozija-se, então, pelo fato do Alfabetização Solidária ser "*permanentemente avaliado por entidades externas e independentes*".

A indulgência revelada pelo artigo do Ministro sugere as perguntas: Para que avaliar, se as autoridades se recusam a extrair das avaliações as aprendizagens por elas reveladas com toda a clareza? Por que onerar os cofres públicos com avaliações externas, se os resultados não forem utilizados para corrigir os rumos das políticas educacionais?

Desde os primeiros seminários de avaliação do Programa Alfabetização Solidária que os coordenadores nas universidades parceiras queixam-se da duração exígua do curso e recomendam sua continuidade por mais um ou dois semestres. O centro decisório do PAS, entretanto, parece surdo a esse tipo de recomendação, amplamente referendada pelas avaliações realizadas periodicamente.

Orçamento Federal tramita no Congresso

Na edição anterior, *Informação em Rede* previu uma ampliação substancial dos recursos federais para a educação de jovens e adultos em 2001, por força do Projeto Alvorada, cujo objetivo é melhorar os indicadores de desenvolvimento humano em 14 estados do Norte e Nordeste e 389 municípios em que a pobreza é mais aguda. Confirmando aquela informação, documento obtido na Secretaria de Assistência Social prevê a aplicação em 2001 de R\$ 46,3 milhões no Programa Alfabetização Solidária e R\$ 190 milhões em outras iniciativas de Educação de Jovens e Adultos.

Nota Técnica elaborada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos, porém, informa que grande parte dos recursos previstos para a educação de jovens no Projeto de Lei Orçamentária enviada pelo Governo Federal ao Legislativo ainda depende da aprovação da emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O Fundo constitui a fonte de R\$ 27,7 milhões previstos para despesas do FNDE com a educação de jovens e adultos, R\$ 11,7 milhões destinados ao Programa Alfabetização Solidária e os R\$ 16 milhões restantes para o que se denominou "garantia de padrão mínimo de qualidade para a educação de jovens e adultos". A proposta orçamentária também aloca no Ministério do Desenvolvimento Agrário R\$ 7.691.000 para educação de jovens e adultos, provavelmente destinados ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

O ponto mais polêmico da proposta orçamentária para a educação, entretanto, continua a ser o valor mínimo por aluno ao ano utilizado nos cálculos do FUNDEF, estimado pelo Governo Federal em R\$ 353,00. Segundo a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o Conselho de Secretários de Educação dos Estados (CONSED), a correta interpretação da Lei que criou o FUNDEF elevaria esse valor a R\$ 553,51 por aluno em 2001.

O cronograma de tramitação do Orçamento no Congresso prevê o envio de emendas até 11/11, entrega dos relatórios setoriais até 24/11; votações, pela Comissão Mista entre 28 e 31/11, e pelo Plenário até 14/12.

Morre pioneira da educação indígena

A antropóloga Aracy Lopes da Silva faleceu no último dia 22 de outubro, aos 51 anos, vítima de câncer. Estudiosa dos Xavante e povos Jê, Aracy pesquisou e lecionou etnologia brasileira nas Universidades de São Paulo e Campinas. Foi professora visitante na Harvard University, em Cambridge, onde conheceu seu esposo, o matemático brasileiro Daniel Levcovitz, com quem teve as filhas Cecy e Isabela. Dedicou grande parte de sua vida profissional à causa e à educação indígena: presidiu a Comissão Pró-Índio de São Paulo e fundou, em 1988, o Centro Mari, Grupo de Educação Indígena do Departamento de Antropologia da USP. Publicou oito livros, como *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de primeiro e segundo graus* e *Uma Antropologia da Educação Indígena no Brasil? Reflexões a partir da Escolarização Indígena*, que pautaram a temática indígena nos currículos escolares, colocaram a educação como objeto relevante de pesquisa antropológica e desbravaram caminhos para os antropólogos que assessoraram projetos de educação junto aos povos indígenas.



CARTAS

CPI da educação - Leitor assíduo de *Informação em Rede*, estranho o fato de que nenhuma nota tenha sido divulgada sobre a CPI da Educação. Instalada na Assembléia Legislativa de São Paulo em novembro de 1999, essa Comissão concluiu seus trabalhos em 30 de junho passado, comprovando o desvio de cerca de R\$ 6,4 bilhões das verbas destinadas à Educação do Estado, entre 1995 e 1998. Com mais de 5.000 páginas de depoimentos e documentos recolhidos, a CPI constatou 14 graves irregularidades cometidas pelo Governo do Estado. Tanto o Ministério Público Estadual quanto o Federal já receberam cópias dos autos e estão agora investigando as medidas cabíveis visando à tutela antecipada, para que essas irregularidades não voltem a ocorrer, e ao ressarcimento desses valores aos cofres da Educação paulista. Atenciosamente, Deputado Cesar Callegari (São Paulo, e-mail cesarcallegari@uol.com.br, fone 3886-6648).

Acre mobiliza para alfabetizar

O governo do Estado do Acre está implantando, em parceria com mais de cem organizações da sociedade civil, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos para que, através da alfabetização, a comunidade se mobilize fazendo do processo educativo um caminho para a construção da cidadania. O programa é similar a outros MOVAs já em curso no país, guardando a especificidade de atender jovens e adultos das áreas urbana e rural, extrativista e indígena.

O MOVA Acre fundamenta suas ações nas experiências positivas desenvolvidas por entidades do setor público e privado, governamentais e não governamentais no campo da educação. O educador é um voluntário escolhido pela própria comunidade que conhece os alunos e desenvolve seu trabalho levando em conta a realidade dos estudantes. Antes de começar a dar aulas, os educadores passam por um processo

de capacitação de 16 horas diárias durante seis dias. Quando o professor já está desempenhando seu papel, são realizados encontros pedagógicos uma vez por mês.

O governo do Estado do Acre está investindo R\$1,5 milhão no MOVA para contemplar adequadamente as especificidades socioculturais locais. A iniciativa substitui o antigo PAJA (Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos) e faz parte do Plano de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação.

A meta do MOVA Acre é alfabetizar 60.000 pessoas até 2002. As primeiras turmas tiveram início em abril deste ano; atualmente são 21.993 alunos matriculados no curso, que dura de seis a oito meses.

Contato: Secretaria de Educação do Acre, e-mail seedsu@mdenet.com.br, fone (068) 224-6896, com Gerlande.



LEIA

Observatório da educação especial - Duas iniciativas convergentes – o Observatório da Cidadania e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – somaram-se para publicar um número especial dos *Cadernos do Observatório* (n. 2, out. 2000) de balanço da Década de Educação para Todos. Na primeira parte, artigos de Carlos Roberto Jamil Cury, João Monlevade e Maria Malta Campos avaliam a evolução dos direitos legais, do financiamento e da qualidade do ensino. A segunda parte do livro dá voz à comunidade escolar: estudantes, professores, pais e pesquisadores. A terceira parte da obra é dedicada à questão da equidade no acesso à educação das mulheres, negros, portadores de necessidades especiais, moradores do campo e indígenas. Pedidos à Campanha (e-mail educavida@acaoeducativa.org, fone 11-31512333 ramal 130) ou ao IBASE (fone 21-5530676, e-mail observatorio@ibase.br).



ANOTE

22-24/11, em Brasília: I Conferência Nacional organizada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte da Câmara dos Deputados. Informações fones (61) 318-7010/7011/7012.

22-26/11, no Rio de Janeiro: II Feira das ONGs, no Museu da República. Informações com Edna pelo e-mail cddhbr@ax.apc.org ou fones (21) 262-3406/3536.

Agenda dos Fóruns

27/11, 9 às 17 h, Plenária do 4º aniversário do Fórum do Rio de Janeiro, na UERJ. Contato pelo e-mail forumejario@domain.com.br ou fone (21) 275-6506.

8/12, em Porto Alegre: Plenária do Fórum do Rio Grande do Sul, na Secretaria de Educação, com presença de Carlos Rodrigues Brandão. Contato janelton@edu.ufrgs.br ou fones (51) 212-1688/2733.

9/12, 9 h, em São Paulo: Plenária do Fórum de São Paulo sobre políticas públicas. Confirmação de local com o Vereda, fones (11) 3679-9249 ou 3873-9279.

É necessária a participação informada e efetiva de mulheres e homens em todas as esferas da vida para que a humanidade sobreviva e avance frente aos desafios que o futuro propõe.
(Declaração de Hamburgo, UNESCO, 1997)

Declaração do Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas¹

Nós, representantes de 704 organizações não governamentais de educação de pessoas adultas, vemos com grande preocupação a falta de resultados concretos na provisão de acesso e de oportunidades para que as pessoas adultas, mulheres e homens, possam exercer seu direito de estudar. Mediante esta declaração, emitimos o seguinte

Chamado à Ação Pela Alfabetização e Educação de Pessoas Adultas

O Conselho Internacional de Educação de Pessoas Adultas (ICAE) e outros organismos têm enfatizado em todas as reuniões mundiais de cúpula da década passada que o ingrediente chave na conquista da democracia e do bem estar em qualquer lugar do mundo é a criatividade das cidadãs e dos cidadãos.

Enquanto reafirmamos a educação como um direito universal, sem discriminação ou limitações, nos consterna o fato que mulheres e homens dos grupos menos privilegiados e marginalizados ainda se encontrem lutando por oportunidades de acesso, igualdade e recursos adequados para sua alfabetização, educação básica e aprendizado ao longo da vida.

Quando avaliamos os resultados das reuniões mundiais de cúpula da virada do século², tanto em nível nacional como global, verificamos o reconhecimento universal da importância e necessidade do aprendizado de pessoas adultas.

É desanimador que a resposta, tanto no nível das políticas como das práticas, tenha ficado muito aquém das necessidades. Embora a alfabetização e a educação de pessoas adultas tenham sido reconhecidas como elementos críticos para todos os aspectos do desenvolvimento humano e social, na realidade continuam sendo inadequadas as oportunidades para que as pessoas adquiram a capacitação e o conhecimento para exercerem a cidadania ativa, desempenhar papéis econômicos produtivos e seguir suas metas pessoais de aprendizado.

Foi alcançado um consenso global para que:

■ Os recursos destinados à alfabetização e educação de pessoas adultas sejam incrementados, tal como foi recomendado pela Conferência de Hamburgo sobre Educação de Pessoas Adultas e pela Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social;

■ Várias declarações sobre educação para todos têm feito um apelo para que sejam apoiadas tanto a educação de crianças e jovens como a educação de pessoas adultas que desempenham um papel econômico, social e político ativo em suas comunidades. Foi feito um chamado para que se alcance a igualdade de gênero na educação primária e secundária até o ano de 2005 e uma alfabetização de todas as pessoas adultas até o ano de 2015;

■ A alfabetização e a educação de pessoas adultas são meios para a superação da pobreza e da exclusão, para que se estabeleça e reforce a democracia, alcance a justiça e a paz, aumente o bem estar econômico e social, melhore a saúde e assegure a alimentação. A educação de pessoas adultas contribui para a prevenção e eliminação das disparidades de gênero e de raça, bem como de outros problemas sociais tais como a violência contra as mulheres, as drogas, a destruição do meio ambiente, a epidemia da AIDS.

■ A efetiva implementação da alfabetização, da educação de pessoas adultas e do aprendizado ao longo da vida está sendo severamente obstaculizada por fatores tais como os conflitos étnicos, os deslocamentos forçados de população, a ocupação estrangeira, a falta de reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e os contínuos gastos militares.

¹ O ICAE -- International Council for Adult Education - congrega redes continentais de organizações não governamentais dedicadas à educação de pessoas adultas. Tem sede em Toronto, no Canadá e publica a revista *Convergence*. E-mail icae@web.net, página www.web.net/icae.

² As reuniões de cúpula promovidas pelas Nações Unidas em 2000 foram: Dakar, no Senegal, em abril, para avaliação da década de educação para todos (Jomtien + 10); New York, EUA, em junho, para avaliação de meio termo dos compromissos relativos à promoção da mulher (Beijing + 5); em Genebra, na Suíça, em julho, de avaliação intermediária dos compromissos com o desenvolvimento social (Copenhague + 5).

Salvo algumas exceções, os planos de educação nacionais não têm incluído ou têm descuidado de maneira severa as políticas de educação de pessoas adultas, apesar dos compromissos assumidos pelos governos com as declarações acima citadas. Mesmo naqueles casos em que os marcos orientadores das políticas estão corretos, frequentemente os mecanismos para sua implementação são falhos.

Apesar do compromisso de trabalho conjunto entre os governos, organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil para propósitos de formulação, implementação e avaliação de políticas, estas parcerias não têm se desenvolvido como era esperado. É importante que todos esses grupos reconheçam e respeitem os papéis, forças e contribuições de cada um, que sejam transparentes e também responsáveis frente aos demais e perante a sociedade.

Um chamado à mudança

Não podemos esperar até que a próxima geração tenha uma melhor educação inicial; a necessidade de uma participação criativa e informada é imediata. As incertezas e riscos com os quais os cidadãos devem se enfrentar na atualidade exigem, sem mais prorrogações, do apoio para uma participação criativa e maiores competências. Agora, e não em 2015, é quando mulheres e homens nas comunidades rurais e urbanas tentam e necessitam desesperadamente aumentar sua autonomia de ação. Temos conhecimento e experiência suficientes no mundo todo para demonstrar a efetividade do aprendizado de pessoas adultas, e podemos marcar uma diferença. Chegou a hora de fazer com que isto seja colocado a serviço de todas as pessoas.

Sem organizações não governamentais com vigor renovado e orientadas para as redes globais e regionais não se poderá implementar o direito à educação e também não se poderá satisfazer a demanda das pessoas adultas por reforçar sua capacidade de ação.

Fazemos um chamado aos Governos, às Agências Bilaterais e Multilaterais, às Organizações Não Governamentais e aos Cidadãos do Mundo Todo para:

- Estabelecer, reforçar e incrementar o financiamento, implementar políticas e uma legislação que apóie a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida;
- Incluir organizações que trabalhem com alfabetização e educação de pessoas adultas nos grupos de trabalho nacionais, sub-regionais e regionais criados como mecanismos para o planejamento e implementação dos acordos de Dakar¹;
- Incluir a alfabetização, a educação de pessoas adultas e o aprendizado ao longo da vida com um complemento necessário para a educação de crianças e ado-

lescentes, financiada integralmente dentro dos planos nacionais de educação que estão sendo desenvolvidos pelos Grupos Nacionais de Trabalho para o ano 2001, tal como formulado nas recomendações de Dakar sobre Educação para Todos;

- Fortalecer os aportes de todas as agências das Nações Unidas (incluindo UNESCO, UNICEF, FAO, UNIFEM, Banco Mundial, UNEP, OIT, PNUD, OMS e UNAIDS) para a realização da alfabetização e a educação de pessoas adultas;

- Fortalecer as capacidades das organizações e redes existentes que estejam trabalhando em alfabetização, educação de pessoas adultas e no aprendizado ao longo da vida nos níveis local, nacional, sub-regional, regional e global;

- Aumentar a disseminação de informação, a colaboração e o trabalho em rede entre as várias iniciativas de defesa de direitos e políticas globais das organizações não governamentais;

- Apoiar o desenvolvimento da infra-estrutura de tecnologias de informação e aumentar o cuidado com o papel desempenhado pelos meios de comunicação,

- Pedir o apoio do Instituto para a Educação de Hamburgo, como estrutura das Nações Unidas para Educação de Pessoas Adultas, solicitando à UNESCO um mandato para que ele organize no ano de 2003 uma reunião de seguimento após seis anos da Conferência sobre Educação de Pessoas Adultas (CONFINTEA V);

É desta maneira que, no Conselho de Educação de Pessoas Adultas, assumimos os seguintes compromissos:

- Iniciar um processo global efetivo de monitoramento dos compromissos relacionados com a alfabetização e a educação de pessoas adultas assumidos pelos governos;

- Empreender um estudo global sobre o “Estado da Arte” da educação de pessoas adultas;

- Promover a nível mundial as Semanas de Educação de Pessoas Adultas das Nações Unidas; e

- Convocar uma assembléia mundial focalizada na ação das organizações da sociedade civil que trabalhem com alfabetização, educação de pessoas adultas e com o aprendizado ao longo da vida, que terá lugar na Jamaica de 10 a 13 de agosto de 2001.

AGORA É O MOMENTO, PASSEMOS DAS PALAVRAS À AÇÃO, JÁ!

Damasco, Síria, setembro de 2000.

(Tradução do espanhol de Suzana Valansi)

¹ O Marco de Ação aprovado em Dakar foi publicado em encarte no boletim *Informação em Rede* n. 26, de maio de 2000.



Fórum Social Mundial traz ao Brasil movimentos de crítica à globalização

Porto Alegre sediará de 25 a 30 de janeiro de 2001, no campus da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Fórum Social Mundial. O evento pretende deflagrar uma nova etapa de resistência ao pensamento hegemônico e criar um fato político em contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que estará ocorrendo no mesmo período em Davos, na Suíça. O Fórum Social se propõe ser um espaço internacional para articulação de propostas que buscam construir um mundo no qual o desenvolvimento humano e a democracia participativa sejam as bases da vida social. Personalidades públicas como Sebastião Salgado, Eduardo Galeano, José Bové, José Ramos Horta, Noam Chomsky e Ben Bella marcarão presença, compartilhando atitudes e pensamentos na luta contra o neoliberalismo com diferentes movimentos e organizações sociais, que terão oportunidade de trocar experiências, encaminhar propostas e fortalecer suas ações.

A origem do Fórum remonta a 1998, quando tornou-se pública a proposta de um Acordo Multilateral de Investimentos, discutido em segredo pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Depois que o jornal francês *Le Monde Diplomatique* divulgou críticas contundentes ao acordo, surgiram movimentos de protesto em todo o mundo, de que resultou a constituição da Associação pela Taxação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC). A mídia deu visibilidade às manifestações públicas desse movimento em Seattle, Washington e Praga. Em fevereiro de 2000, ativistas sociais brasileiros e europeus conceberam o Fórum e começaram a encaminhar sua realização.

O evento está organizado em torno a quatro eixos que questionam a ordem mundial sob os mais variados ângulos. As discussões ideológicas e de caráter econômico devem predominar nas grandes plenárias da manhã. A temática educacional,

também estará presente em uma série de oficinas que ocorrem no período da tarde. Diversas entidades sociais de países do primeiro e terceiro mundo expõem projetos para a conquista de políticas educacionais democráticas. A Agência de Desenvolvimento e Educação Comunitária do Haiti realizará uma oficina relacionando o analfabetismo com a globalização. O Centro de Estudo e Trabalho sobre América Latina, da Suécia, vai expor sua visão sobre o papel da educação no desenvolvimento sustentável no campo. Organizações francesas vão debater a inserção social e profissional dos jovens, enquanto a Universidade Nacional de Rosario, Argentina, traçará as perspectivas da integração e da educação frente ao novo paradigma tecnológico e produtivo. O Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe coordenará um seminário sobre educação popular.

As iniciativas brasileiras para melhoria na educação serão apresentadas no Fórum Social Mundial em oficinas promovidas por entidades não governamentais, sindicatos e associações comunitárias. O Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial abordará a educação e a formação dos negros na perspectiva sindical e popular. O Instituto Brasil-África também tratará da questão étnica, formulando uma análise sobre a educação dos afrodescendentes. O Sindicato dos Professores Municipais de São Paulo debaterá as influências do Banco Mundial na educação. O Instituto Paulo Freire reunirá outras entidades e pretende redigir um manifesto que aborde alternativas para a educação frente ao projeto neoliberal.

Participam do Fórum Social Mundial representantes de organizações não governamentais portadores de mandatos eletivos, sindicatos e outras entidades sociais. Há cotas para cada segmento e região. O valor da inscrição é US\$50,00. Informe-se no site www.forumsocialmundial.org.br ou pelo fone (11) 258-8914.

Orçamento para 2001 continua indefinido

A falta de acordo com relação ao salário mínimo está retardando a apreciação do Orçamento da União pelo Congresso, que só deverá ser votado na convocação extraordinária de dezembro. Na proposta feita pelo Executivo, a educação de jovens e adultos deve receber quase R\$ 300 milhões, dos quais 91% provêm de fonte segura (R\$ 231,5 milhões de recursos ordinários do Tesouro e R\$ 40 milhões do salário educação); os restantes R\$ 27,7 milhões dependem da aprovação do Fundo de Combate à Pobreza.

O Plano de Apoio aos Estados de Menor Desenvolvimento Humano (parte dos recursos ordinários) reserva R\$ 182,2 milhões para a educação de jovens e adultos no Norte e Nordeste: para o Pará destinam-se R\$ 43 milhões; para Pernambuco R\$ 30 milhões e para o Ceará quase R\$ 28 milhões. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, destinado a assentamentos, conta com R\$ 7,7 milhões. O Programa Alfabetização Solidária deverá receber R\$ 52,8 milhões, dos quais R\$ 41 milhões provêm dos recursos ordinários e R\$ 11,7 milhões estão atrelados à aprovação do Fundo de Combate a Pobreza. Além do Alfabetização Soli-

dária, estão pendentes do Fundo o atendimento às microrregiões carentes dos estados do Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, para os quais foram destinados R\$ 16 milhões.

Segundo o banco de dados do Congresso, não houve emendas parlamentares direcionadas à educação de jovens e adultos em estados, municípios ou organizações sociais específicas.

A tramitação do orçamento para 2001 pode ser acompanhada no site www.senado.gov.br.

Na boca do forno

Quando você estiver lendo essa matéria, o Plano Nacional de Educação pode ter sido aprovado. O projeto proveniente da Câmara não sofreu modificações e foi aprovado em 12 de dezembro com parecer favorável do relator José Jorge pela Comissão de Educação do Senado. Tramitando em regime de urgência, o projeto entrou em votação pelo Plenário no dia 14. Caso fosse aprovado sem emendas, o Plano iria a sanção Presidencial; havendo emendas, voltaria ao Congresso. Até o fechamento desta edição a sessão do Senado em que o PNE seria apreciado não havia terminado.

EDITORIAL

O mal estar do ensino público e a metáfora da torneira

Não haverá leitor que não tenha ouvido a clássica “metáfora da torneira” para justificar a concessão de prioridade ao ensino fundamental de crianças e adolescentes em detrimento da educação de jovens e adultos. O argumento baseia-se no raciocínio simplificado de que é mais eficaz “secar a fonte” do analfabetismo e da baixa escolaridade – a exclusão escolar na infância e adolescência – que combater posteriormente suas conseqüências. Essa versão simplista do argumento anda em crise face as evidências de que a qualidade do ensino público dirigido à infância está produzindo um contingente nada desprezível de semi-analfabetos cuja originalidade é possuir alguns anos de estudos e até mesmo certificados de conclusão do ensino fundamental. Essa realidade, que a imprensa começou a veicular durante o ano, foi objeto dos debates eleitorais das prefeituras das capitais, voltando às manchetes diante dos resultados negativos do Sistema de Avaliação do Ensino Básico.

Nos últimos anos, as autoridades educacionais vêm tentando convencer a opinião pública de que os problemas de acesso à educação básica no Brasil estão praticamente superados, sendo necessário deslocar o foco das políticas educacionais para a qualidade do ensino, mediante a implementação de sistemas de avaliação, formulação de parâmetros curriculares, oferta de alternativas de formação em serviço de professores à distância. Minimizou-se assim o fato de que quase 20 milhões de brasileiros de 0 a 6 anos não têm acesso à educação infantil, mais de 800 mil crianças de 7 a 14 anos não estão na escola, que menos da metade dos jovens de 15 a 19 anos freqüentam o ensino médio, e que mais de 14 milhões de jovens e adultos sequer sabem ler ou escrever.

Não deixa de ser irônico que o tema da aprendizagem, que o governo federal procurou destacar, volte como um bumerangue, evidenciando os limites do conceito de qualidade e da política educacional em curso.

Câmara Federal e Conselhos de Educação debatem jovens e adultos

A Comissão da Câmara dos Deputados promoveu em Brasília de 22 a 24/11 a **1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto**. O painel sobre educação de jovens e adultos teve sete expositores, dentre os quais o Presidente da UNDIME, Neroaldo Pontes de Azevedo, o Prof. Jamil Cury, relator do Parecer do Conselho Nacional de Educação, o dirigente do SESI, Otto Santana, e a coordenadora do MOVA gaúcho, Liana Borges. A representante do MEC, Iara Prado, anunciou as perspectivas para 2001, quando estados e municípios do Norte e Nordeste receberão recursos do Projeto Alvorada, enquanto que o FNDE direcionará para as cidades com maior concentração de analfabetos os recursos federais disponíveis para o Centro Sul.

Cuiabá sediou, de 29/11 a 1º/12, o **XV Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação**, que privilegiou as temáticas da formação de professores, ensino superior, educação profissional e de jovens e adultos. Os dois últimos temas foram abordados pelos Profs. José Aparecido Cordão, do SENAC, e Leôncio Soares, da UFMG. Os participantes do Fórum têm a convicção de que os Conselhos já não são meros órgãos cartoriais, mas *locus* de discussão de políticas educacionais. A capixaba Sílvia Helena Pisente de Abreu venceu a eleição e coordenará o Fórum em 2001.

O **Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação** realizou-se em Belo Horizonte no final de novembro e nele o Prof. Leôncio Soares, da UFMG, expôs as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. O encontro teve por objetivo promover a troca de experiências, discutir estratégias para a criação dos sistemas municipais de ensino e fortalecer os conselhos municipais. O evento foi organizado pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, cuja presidente nacional é Vera Rzatki, de Florianópolis. Contato pelo fone/fax (48) 2240171.

SESC Ler terá três anos de escolarização

Criado em 1999, o projeto SESC Ler encontra-se em expansão: há centros educacionais implantados no Acre, Pará, Rondônia e Roraima e em consolidação no Amazonas; os próximos estados a implantar o programa serão Maranhão, Pernambuco, Piauí e Tocantins. A princípio, o projeto SESC Ler compreendia um ano de atividades de alfabetização de jovens e adultos, mas a duração do curso foi ampliada para três ciclos anuais, ao final dos quais os educandos terão concluído o primeiro segmento do ensino fundamental. O projeto SESC Ler destaca-se pela estrutura física dos equipamentos educacionais construídos especialmente para educar jovens e adultos e pelo cuidadoso processo de formação continuada dos educadores.

Notícias dos Fóruns Estaduais

Realizou-se no dia 21/11 o **II Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo**, cujo o tema foi o currículo da educação de jovens e adultos. Os destaques do evento foram a participação inédita da prefeitura de Vitória, que relatou a experiência da EMPG Artur da Costa e Silva, e da conferência do Prof. João Francisco de Souza sobre a proposta curricular desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco.

O **VI Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Paraíba** aconteceu em 8/11 e reuniu 90 educadores nas conferências de João Francisco de Souza e Neroaldo Pontes de Azevedo. A comemoração do primeiro aniversário realizou também um balanço das atividades e delineou perspectivas para o futuro. O próximo encontro será em 21/03/2001 em Guarabira.

No dia 9/12 realizou-se a plenária do Fórum de São Paulo, que analisou políticas de educação de jovens e adultos dos municípios de Diadema, Mauá, São Bernardo do Campo e Santo André. O debate abordou as relações entre os movimentos de alfabetização e os serviços de educação de jovens e adultos. A coordenação se reúne em 5/2 em Ação Educativa; o Fórum terá nova plenária em 3/3/2001 para tratar da formação, habilitação e reconhecimento profissional dos monitores dos movimentos de alfabetização.



RADAR

PROMEDLAC - A 7ª reunião do Comitê Regional do Projeto Principal de Educação para América Latina e Caribe, prevista para o fim de outubro, foi postergada para 5 a 7/03/2001, em Cochabamba, na Bolívia.

Grupo de Trabalho sobre Educação para Todos faz balanço dos acordos de Dakar - Organismos governamentais, não governamentais e multilaterais reuniram-se na Unesco, em Paris, dias 22 a 24 de novembro para estabelecer linhas de ação e avaliar o encaminhamento das metas fixadas no Fórum Mundial de Educação para os próximos quinze anos. Destacaram-se as discussões sobre os indicadores adotados pela Unesco, as estratégias de planejamento e financiamento, bem como a urgência na elaboração de planos nacionais de educação para todos. Os presentes cobraram maior autonomia e transparência dos países para adoção de políticas educacionais e voltaram a reivindicar que programas de ajuste econômico induzidos pelo Fundo Monetário Internacional não provoquem redução dos investimentos em educação. O Brasil esteve representado pela coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pelo Presidente do Conselho de Secretários de Educação dos Estados, Efreim Maranhão.

Pacientes psiquiátricos são alfabetizados no Rio de Janeiro

O Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, do Rio de Janeiro, está implantando um Programa de Alfabetização por intermédio de um convênio entre a Associação de Parentes e Amigos da Colônia Juliano Moreira e a Secretaria de Estado da Educação, representada pelo Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA.

Iniciado em dezembro de 1999, o curso já alfabetizou 120 pacientes psiquiátricos com histórico de até mais de 35 anos de internação. A proposta pedagógica do curso está centrada na recuperação da auto-estima e na formação de cidadãos conscientes de sua historicidade. Dentro dessa perspectiva, o indivíduo é alfabetizado de forma integrada, com emprego de recursos tecno-pedagógicos diversos da educação ambiental, musicoterapia, fonoaudiologia, vídeo-educação, TV e rádio comunitária, atividades lúdicas etc. O resultado do trabalho desenvolvido é animador: os estudantes, apontados como doentes mentais, produzem jornais, programas radiofônicos e

livros coletivos de poesia. O programa de alfabetização, que faz parte de um projeto de reabilitação psicossocial, tem contribuído não só para romper estigmas criados em torno dos internos, como para permitir aos pacientes maior acesso à cultura e ao trabalho.

Para expandir esta experiência positiva, a Associação de Parentes e Amigos da Colônia Juliano Moreira firmou parcerias com o Instituto de Psiquiatria da UFRJ, o Instituto Nise da Silveira e os Centros de Atenção Psicossocial de Bangú, Campo Grande e Arthur Bispo do Rosário, que usarão a mesma metodologia junto a 16 novas turmas. Os estudantes que já passaram pela alfabetização serão encaminhados para turmas avançadas nas quais poderão continuar o processo educativo. Dependendo dos resultados desta nova etapa, os educandos poderão freqüentar cursos públicos de educação de jovens e adultos fora da colônia.

Contato: Reinaldo Sant'ana, Associação de Parentes e Amigos da Colônia Juliano Moreira, e-mail: coloniajulianomoreira@bol.com.br, fone (21) 446-5488.



LEIA

Jovens, escola e cultura - A revista de educação de jovens e adultos *Alfabetização e Cidadania* nº 10, publicada pela Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil, mostra a necessidade de se construir um ambiente de aprendizado que incorpore as demandas dos jovens e aproveite seu potencial. A revista contém artigo de Paulo Carrano sobre identidades juvenis e escola, três relatos de experiências de protagonismo juvenil e diálogo entre educadores e educandos, uma bibliografia sobre o tema e o depoimento de Nádia Rodrigues, fundadora da RAAAB. A filiação à Rede com a assinatura anual de dois números da revista custa R\$17,00 e deve ser feita no Instituto Paulo Freire, e-mail: ipf@paulofreire.org, fone (11)3021-5536. Exemplares avulsos custam R\$5,00 (mais frete) e também podem ser adquiridos em Ação Educativa, no Sapé ou no Cedac.



ANOTE na agenda 2001

17-18/4, em Montreal, Canadá: Fórum Continental sobre Educação, organizado pela Central Sindical do Québec e Federação Canadense de Educadores. Contato pelo e-mail langric@hotmail.com de Richard Langlois.

17-20/7, em Campinas (SP): 13º Congresso Brasileiro de Leitura e V Encontro de Educação de Jovens e Adultos. Informações: Associação de Leitura do Brasil, fone (19) 3289-4166.

19-21/7, em Quito, Equador: V Congresso de las Américas sobre Lecto-Escritura, promovido pela Universidad San Francisco. Informações: e-mail pabloa@mail.usfq.edu.ec, kati@mail.usfq.edu.ec ou fone (593-02) 89-1772.

5-9/9, local a definir: Semana de Alfabetização. Informações com a RAAAB pelo e-mail ipf@paulofreire.org ou fone (11) 3021-5589.

7-11/10, em Caxambú (MG): Reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Data limite para envio de trabalhos: 12/3. Contato: anpeduc@uol.com.br ou fones (21) 234-5700/3872-2940.

Informação em Rede é uma publicação de Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação.
Rua General Jardim, 660 CEP 01223-010 São Paulo-SP Brasil – Fone / Fax: (11) 3151-2333
E-mail: acaoeduca@acaoeducativa.org – Home page: <http://www.acaoeducativa.org>



Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil

REUNIÃO DE COLEGIADO DA RAAAB

Ação Educativa - São Paulo - 16 e 17 de novembro de 2000

Pauta

16/11

10h - Avaliação pós II-ENEJA: resultado das eleições municipais, repercussões possíveis do Fundo Federal para a Educação de Jovens e Adultos, retorno dos Fóruns sobre documento e encaminhamentos do II ENEJA, notícias da ANPEd e outros eventos.

12h - Almoço

13h30 - Organização interna da RAAAB: informes sobre relatórios enviados e resposta da Broederlijk Delen; situação financeira da Rede; cadastro - contatos por estado e por tipo de organização/entidade

15h20 - Retomada dos pontos para novo projeto (indicados no relatório enviado à BD) e apontamentos para projeto da Rede (2001/2002)

- Publicações - revista Alfabetização e Cidadania, coletânea de documentos sobre EJA, catálogo dos filiados.
- Comunicações: Home-page da RAAAB; plano de envio regular de correspondência para filiados (Carta RAAAB)
- Outros pontos a incluir.

17/11

9h - Desenho e articulações para o III ENEJA e/ou V Feira de Alfabetização; definição das metas/objetivos e distribuição de tarefas; agendamento de reunião da comissão pós-ENEJA com CONSED e UNDIME; articulações em outros fóruns (especialmente Fórum Social Mundial)

12h30 - Almoço

14h - Fechamento do novo projeto da RAAAB para Broederlijk Delen e encaminhamentos de organização: montagem e envio de projetos para outras agências (se necessário); fluência dos cadastros para colegiado e filiados; compra de computador para montagem e manutenção da home-page da Rede;

16/11/00

A reunião teve a presença de Sonia Couto (IPF), Sonia Schneider (CEDAC), Alexandre Aguiar (SAPÉ), Silvia Tavares (Ação Educativa), Leônicio Soares (UFMG), Liana Borges (SEE/RS).

Iniciamos a reunião avaliando o **impacto do II ENEJA**. Nos diversos fóruns o impacto do II ENEJA não foi significativo. Avalia-se que uma das causas tenha sido a relativamente pequena participação dos fóruns e de seus segmentos participantes na mobilização e organização do II ENEJA. Outra das causas é a situação de instabilidade e dificuldade institucional de alguns fóruns (entre os quais o do Rio de Janeiro), cujas equipes de organização não conseguiram convocar uma plenária após a realização do II ENEJA.

Seguiram-se comentários sobre a **situação dos vários fóruns estaduais** de que fazem parte ou têm notícia os membros do Colegiado. Nestes comentários, foram recorrentes questões sobre estrutura física e financeira dos fóruns, sua composição institucional; seu caráter de atuação e sua identidade. Ao mesmo tempo, informamo-nos sobre o êxito obtido pelo Fórum de Educação

Infantil do RJ, que conseguiu elaborar e aprovar um projeto, obtendo cerca de R\$ 100 mil para o encaminhamento de suas atividades. Avaliou-se ainda que a circulação de informações inter-fóruns foi escassa no II ENEJA, devido à realização de discussões paralelas ao mesmo tempo, com outros recortes de segmento (universidades, ONGs etc.). Como a inserção dos participantes dos Fóruns é múltipla e o tempo previsto (3 horas) foi pequeno, o II ENEJA comportou apenas breves relatos sobre a estrutura de cada fórum, sem oportunidade de debates e formulação de questões e pautas comuns. Assim, foram sugeridos dois encaminhamentos a serem assumidos pela RAAAB :

- 1) Reserva de um tempo (não sobreposto a outros) para troca de informações e elaboração de pautas comuns entre os fóruns no III ENEJA.
- 2) Apoio da RAAAB, mediante custeio de alojamento, a uma reunião de representantes de fóruns estaduais¹, para debates sobre organização e institucionalidade dos mesmos (eventualmente com a presença de um representante do Fórum de Educação Infantil já citado). Esta reunião de representantes poderia também articular-se a uma audiência junto à Secretaria de Educação Fundamental do MEC, da qual participariam também representantes do CONSED² e da UNDIME³, onde seriam apresentados o Relatório Final do II ENEJA e suas propostas⁴. Alexandre Aguiar comprometeu-se a contatar os representantes de fóruns estaduais e/ou regionais.

Com relação à **Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED)**, o coordenador do Grupo de Trabalho em Educação de Jovens e Adultos, Leôncio Soares, noticiou o volume crescente de trabalhos enviados; no entanto o GT tem recebido muitos trabalhos de relatos de experiência, que fogem da proposta de apresentação de pesquisas concluídas e/ou em andamento. Estes relatos de experiências podem ser apresentados como pôsteres. Os destaques da XXII Reunião Anual da ANPED foram a abertura, com Miguel Arroyo; a fala de Sérgio Hadadd sobre o estado da arte nas pesquisas em educação de jovens e adultos; a mesa com Magda Soares (UFMG), Vera Masagão (Ação Educativa) e Roseli Caldart (MST) falando sobre o conceito de alfabetização; a mesa sobre leitura, coordenada por Jane Paiva e a fala do prof. Jamil Cury sobre o direito à educação.

Foi avaliado ainda o **trabalho das comissões específicas** da RAAAB (de pesquisadores, de administrações públicas e de ONGs). Ponderou-se que as comissões não têm uma linha de trabalho definida e por isso não participam tão ativamente, mas também que cada coordenador de comissão deve ter clareza de seu papel enquanto articulador da Rede. Foram sugeridas tarefas concretas como o levantamento da situação política em relação à educação de jovens

¹ Da lista dos fóruns existentes, constam RJ, MG, RS, SP, PB, PE, PR*, SC*, TO*(estaduais), Grande Vitória, Nordeste Paulista (regionais), além de estarem em constituição os fóruns de GO, RN, e haver notícias da existência do fórum do Baixo Rio São Francisco (Juazeiro). Os fóruns marcados com * parecem obedecer a uma organização com periodicidade mais espaçada, em forma de eventos de formação, com coordenação a cargo de uma ou poucas entidades.

² Conselho dos Secretários Estaduais de Educação

³ União dos Dirigentes Municipais de Ensino

⁴ "Definição de uma política pública nacional para a Educação de Jovens e Adultos; reconhecimento da legitimidade dos Fóruns como interlocutores; (re)criação da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos; planejamento estratégico (com recursos alocados) para atender à demanda no marco dos 15 anos da Conferência de Dakar" (cf. "Relatório-síntese do II Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos").

e adultos em cada região frente às mudanças de governo. Opinou-se que a estrutura do Colegiado, que é fixa, deveria criar demanda para as comissões, aproveitando melhor o potencial de cada uma. Foi informada ainda a substituição do coordenador da comissão de ONGs, Domingos Nobre (CEDAC/RJ), por sua colega Sônia Schneider, da mesma instituição. Sônia informou que o antigo representante deixa o colegiado em função de outros compromissos a serem assumidos pessoal e institucionalmente.

No que se refere à **situação financeira e institucional da Rede**. Informou-se que o relatório enviado à agência Broederlijk Delen em outubro/2000 contabilizava um saldo positivo de R\$ 3.126,75, somando os saldos em conta de Ação Educativa e do Instituto Paulo Freire, este último obtido com a receita das filiações e assinaturas durante o ano; no entanto as despesas a realizar ainda em 2000 (edição da revista Alfabetização e Cidadania nº 10 e reunião de Colegiado, principalmente) totalizavam R\$ 5.880,00. Estava então previsto um déficit, ao final do ano, de R\$ 2.703,25, a ser coberto com a segunda parcela do financiamento da agência (500.000 FB, ou aproximadamente US\$ 10 mil), (OBS.: *Debitadas essas despesas, a Rede dispõe de aproximadamente R\$ 15.500,00 para as despesas de 2001; segundo nossa previsão de gastos, R\$ 9.000,00 já estão reservados para a produção, impressão e distribuição de dois números da revista.; os R\$ 6.500,00 restantes seriam empregados na reunião dos representantes de Fóruns e audiência com o MEC (março/2000, na qual aconteceria paralelamente reunião do Colegiado da RAAAB (orçamento total de R\$ 4.700,00); na participação da RAAAB no Fórum Social Mundial (orçada em R\$ 1.000), e em despesas ordinárias da Secretaria e Gestão Institucional da Rede (para o que restariam R\$ 600,00). Estas atividades ocorreriam ainda no primeiro semestre. Até março, o Colegiado finalizará novo projeto da Rede, a ser encaminhado à agência Broederlijk Delen, bem como deliberará sobre a necessidade e conveniência de envio de projetos a outras agências e fontes de financiamento.*

O número atual de filiados atinge 55 instituições ou grupos e 184 filiações individuais.

Com relação às **perspectivas da RAAAB para o projeto 2001-2002**, há o interesse em promover a V Feira Latino Americana de Alfabetização e o III ENEJA e em um destes eventos, realizar uma assembléia para eleger um novo colegiado. *O Colegiado avalia que há condições favoráveis para realizar esses eventos em diversos estados, como São Paulo (capital ou alguma cidade grande do interior) e Paraná (por exemplo, em Londrina).*

Na última assembléia, realizada durante o II ENEJA, os filiados reclamaram da falta de comunicação. No entanto, o Colegiado da Rede mantém a avaliação de que é impossível manter um boletim impresso periódico exclusivo da Rede. No momento, a Rede tem encontrado espaço de divulgação de atividades junto a outros veículos (boletim Informação em Rede, da Ação Educativa e fórum eletrônico da RAAAB, além da comunicação nos fóruns de Educação de Jovens e Adultos. Assumimos, no entanto, o envio de correspondência regular (carta RAAAB), já que a carta não tem compromisso com a periodicidade estrita e não exige maior esforço de diagramação.

Sugestões apresentadas neste dia de trabalho:

- Envio regular de carta aos filiados, pois a carta é um gênero mais fluído, que não requer diagramação especial.

- Reunião entre os representantes dos fóruns de EJA para discutir assuntos políticos-administrativos, articulada pela RAAAB. Nessa reunião seriam discutidas também estratégias de organização e auto financiamento.
- Confecção de um "Kit RAAAB", a ser distribuído para filiados nos estados, contendo um banner, folder, revistas etc. a fim de dar *visibilidade* à Rede.
- Levantamento dos cadastros já existentes nos fóruns, a fim de promover a expansão da RAAAB através do envio de mala direta a estes cadastros.
- Elaboração de um formulário simples que possa registrar as ações em educação de jovens e adultos, a ser enviada aos representantes de fóruns estaduais. Nos estados que não têm fórum, esse formulário deverá ser enviado aos filiados individuais para que eles o respondam com informações sobre suas entidades e outras. As informações obtidas poderão ser cruzadas com os cadastros da ABONG, do CRUB, do CONSED, da UNIDIME e CAED. Essa ampliação dos dados facilitaria a organização do III ENEJA e dos demais eventos que venham ser promovidos pela rede.
- Publicação de um catálogo que mostre a história da RAAAB, como ela está organizada, objetivos, levantamento das instituições filiadas (apresentação de cada um dos integrantes) e que contenha um capítulo sobre os fóruns.

17/11/00

Além dos presentes no dia anterior, contamos neste dia também com a participação de Maria Clara Di Pierro, (Ação Educativa/CEAAL-Brasil⁵).

Nesta manhã a assessora do Instituto Paulo Freire, Salete Camba, informou o Colegiado sobre o **Fórum Social Mundial**, que acontecerá de 25 a 30/01/01, na Pontifícia Universidade Católica em Porto Alegre. Estima-se a presença de aproximadamente 3.000 participantes de todo o mundo. O período da manhã está reservado para grandes conferências. À tarde acontecerão oficinas com vários temas - economia, desenvolvimento local etc., entre os quais educação. Como proposta mínima, decidimos alugar um stand para divulgar o material e proposta da Rede. Pensamos organizar uma pequena mostra de vídeos e materiais dos filiados à RAAAB, que poderiam depois formar um acervo de experiências. A este respeito, ver a última página desta ata. Maiores informações sobre o Fórum Social Mundial podem ser conseguidas no site www.forumsocialmundial.org.br.

A proposta é alocar na semana da Alfabetização vários eventos: V Feira Latino-americana de Alfabetização, III ENEJA, Encontro Nacional de Filiados da RAAAB.

Início: 05/09/01 - Quarta-feira

Final: 09//09/01 - Domingo

O tema sugerido para a Feira foi "Construindo a identidade da Educação de Jovens e Adultos". Foi ainda sugerido que as discussões do III ENEJA sejam feitas à noite, para intercambiar resultados com os da Feira.

Retomamos, no período da tarde, discutindo sobre a necessidade de começarmos a pensar na **sucessão do colegiado**. Há reclamações pelo fato de o colegiado estar muito concentrado no eixo Sul-Sudeste.

Quanto ao **projeto da RAAAB** a ser enviado para a agência financiadora, é consenso que renovemos com a Broederlijk Delen, mas que busquemos outras fontes de recurso.. Discutimos sobre a necessidade de desenho de um projeto para os anos 2001/2002.

Componentes do Projeto:

⁵ Conselho de Educação de Adultos da América Latina e Caribe

- Catálogo da RAAAB (será esboçado um mini projeto para o catálogo), com tiragem de 1.000 exemplares
- Homepage - criação, *design*, manutenção e aquisição de equipamento
- Eventos: Feira de Alfabetização, III ENEJA, Encontros (encontro de colegiado, conselho editorial etc...)
- Duas edições anuais da revista "*Alfabetização e Cidadania*"

Metas:

- Articular a criação e consolidação dos Fóruns Estaduais de EJA
- Criação da comissão dos fóruns para integrar o colegiado da Rede
- Instalação da comissão de movimentos sociais
- Dinamizar as comissões para que elas desenvolvam projetos e efetivamente sejam representativas, retomando e ampliando a comunicação com os filiados

A redação do projeto é tarefa conjunta da Ação Educativa e Instituto Paulo Freire.

A próxima reunião (extraordinária) do colegiado, ou parte dele, deverá estar acontecendo em março, juntamente com a reunião dos representantes de Fóruns Estaduais e Regionais de Educação.

Em relação à revista *Alfabetização e Cidadania*, pretende-se editar em 2001 três números, ao invés de dois, a fim de repor o exemplar não editado em 1999. Os temas sugeridos são: *currículo e tema gerador, leitura e formação de educadores*. Sugere-se também retomar o tema da educação matemática (o número 6 da revista, sobre este tema, esgotou-se). A idéia é mandar um e-mail para os filiados informando o tema e sugerindo contribuições. (OBS: os filiados também podem consultar *Alfabetização e Cidadania* nº10, p. 87)

Ata revisado por Sônia Couto (IPF) e Sílvia Tavares (Ação Educativa). São Paulo, 11 de dezembro de 2000